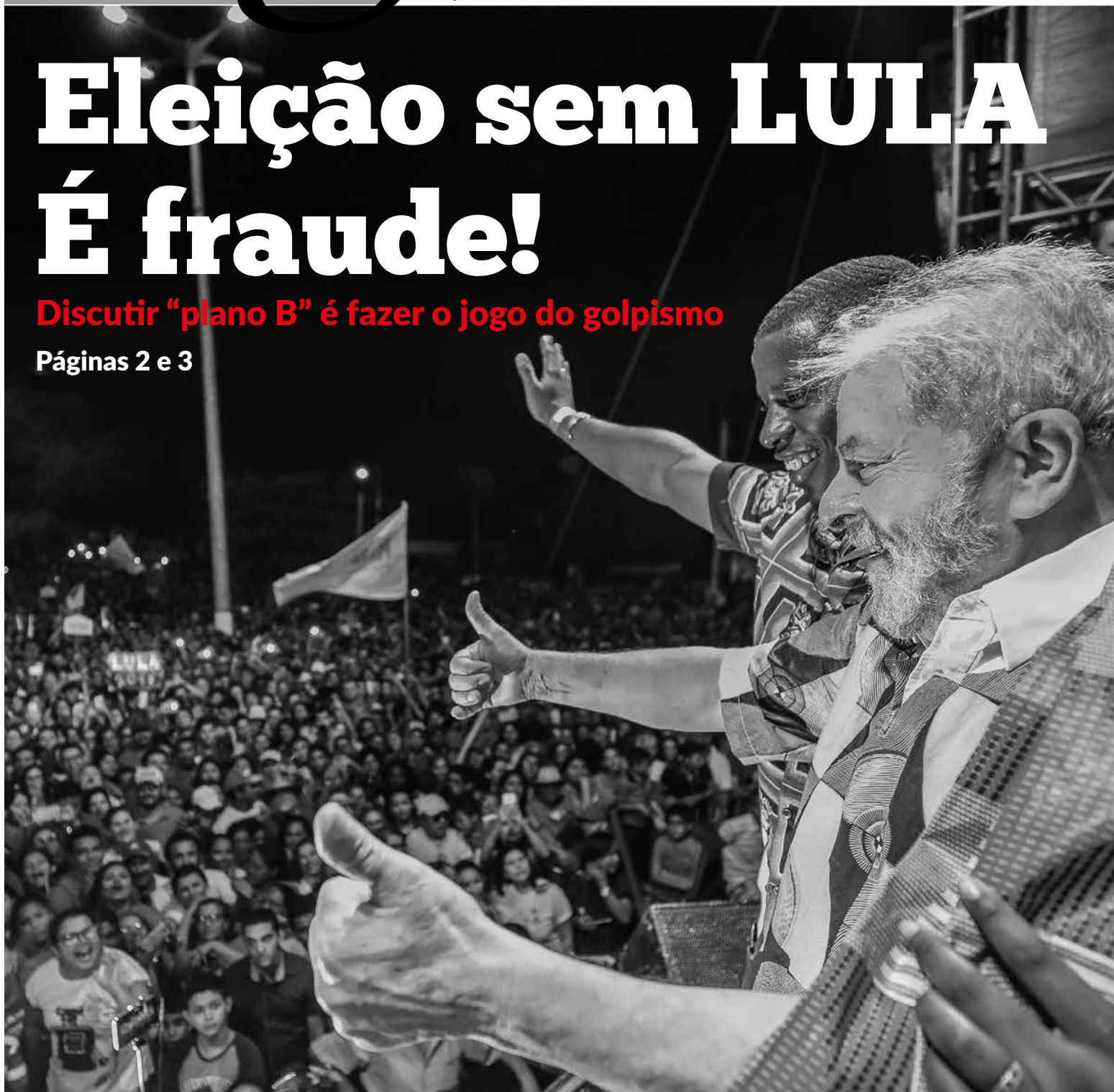
Página 13

Nº 170 OUT/2017

UM JORNAL A SERVIÇO DO PT DEMOCRÁTICO, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO

Eleição sem LULA É fraude!

Discutir "plano B" é fazer o jogo do golpismo

Páginas 2 e 3

Eleição sem Lula é fraude

Estamos em uma situação mundial, regional e nacional marcada por extrema tensão política, social, econômica e militar. Neste contexto, o Partido dos Trabalhadores deve alertar seus apoiadores, nossos aliados, a classe trabalhadora e o conjunto da população brasileira acerca da gravidade da situação.

A situação mundial segue evoluindo em direção a maiores e mais profundos conflitos militares, articulados com um situação econômica que pode desembocar num agravamento da crise sistêmica do capitalismo que teve inicio em 2007/2008. As ameaças de Trump contra a Coreia do Norte e a Venezuela, bem como os resultados eleitorais obtidos por um partido nazista na Alemanha, são indícios claros das opções feitas pelas forças do imperialismo e da direita.

A situação regional continua marcada pela ofensiva do imperialismo dos EUA e das oligarquias locais, contra as forças progressistas e de esquerda. Este é o traço comum do que está ocorrendo, por exemplo, na Venezuela, El Salvador, Uruguai, Equador, Argentina e Brasil.

Em nosso país, prossegue a ofensiva reacionária contra direitos sociais, liberdades democráticas e a soberania nacional. Até agora, apesar dos esforços, com destaque para a Frente Brasil Popular, não tiveram êxito as tentativas de deter a ofensiva reacionária, nem através da mobilização de rua, nem através da greve geral, nem no parlamento, nem na Justiça. Mas continua existindo a possibilidade de deter e reverter a ofensiva reacionária, através de uma vitória eleitoral do campo democrático e popular em 2018.

O "plano A" do golpismo é vencer as eleições presidenciais de 2018 com uma candidatura claramente de direita, comprometida com as contrarreformas neoliberais. Mas para isto as forças golpistas precisam superar seus problemas internos, projetar candidaturas eleitoralmente viáveis e confiáveis de seu ponto de vista, inviabilizar a candidatura Lula (seja pelo desgaste, seja pelo impedimento judicial), mudar as regras da disputa política (parlamentarismo, adiamento das eleições, reforma política conservadora etc.) e, inclusive, impedir o funcionamento do PT.

As dificuldades de executar este "plano A" acentuam a luta entre os diferentes setores do golpismo. E fazem crescer desde as posições mais tresloucadas, como as que falam claramente em magnicídio, até as que defendem abertamente um golpe militar. Neste sentido, são extremamente graves as declarações do general Antonio Mourão, em particular suas afirmações de que o Alto Comando do Exército estaria fazendo "aproximações sucessivas" rumo à intervenção militar e que já existem "planejamentos muito bem feitos" com esta finalidade.

Para começo de conversa, os militares da ativa não podem opinar sobre a situação política. Em segundo lugar, militares que fazem declarações golpistas devem ser afastados imediatamente, mandados para a reserva e eventualmente presos. Mas é o contrário que ocorre, neste e noutros episódios. E não nos enganemos: o próprio comandante do Exército, o general Villas Boas, deixa aberta a possibilidade de emprego das FFAA, desde que "por iniciativa de um dos Poderes" (ver a esse respeito o texto de Pedro Pomar, publicado nesta edição de *Página 13*).

Há divergências táticas entre os golpistas, mas não há divergências estratégicas. As divergências táticas estão concentradas na extensão dos danos colaterais da Operação Lava Jato.

Um exemplo destas divergências entre golpistas é a disputa sobre o que fazer com Aécio Neves, a respeito do qual a executiva nacional do PT aprovou uma nota que demonstra que o republicanismo continua afetando corações e mentes petistas (ver a esse respeito o texto de Rogério Correia, publicado nesta edição de *Página 13*).

Outro exemplo das divergências entre golpistas diz respeito a continuidade de Temer até 2018 ou o seu afastamento. Apesar da vitória de Temer na Câmara com o arquivamento da primeira denúncia da PGR e a reorganização de sua base parlamentar, a disputa prossegue e tende a aprofundar a instabilidade de política, institucional e econômica.

A questão de fundo é que não existe um setor da burguesia disposto a defender a soberania e o desenvolvimento capitalista nacionais, menos ainda um desenvolvimento articulado com o combate à miséria, à pobreza e às desigualdades. Por isto, apesar de suas contradições internas, não há setores do empresariado dispostos a fazer parte de uma aliança anti-golpista. Pelo contrário, Henrique Meirelles segue pilotando o programa da "ponte para o futuro", sendo inclusive poupado de ataques midiáticos acerca das óbvias conexões que o vinculam a corruptora e corrupta JBS.

Há diferentes opiniões, na esquerda, sobre o que fazer diante deste cenário. Para um setor, o objetivo principal segue

sendo derrotar o PT. Para outro setor, é preciso "virar a página do golpe", fazendo alianças e mediações com os golpistas e os planos destes.

Esta postura conciliatória está presente entre aliados do PT (como se viu na recente reunião de sindicalistas com o governo Temer),nas direções e bancadas estaduais do PT (como se vê em discussões sobre as eleições nos estados e a composição de mesas diretoras), assim como em nossa bancada federal (como se viu na posição de parte dos nossos deputados, envolvidos no apoio à proposta do "Distritão").

É inaceitável, merece repúdio e não deveria nunca receber qualquer voto de parlamentares petistas uma proposta que vise acabar com o sistema proporcional. Mas pelo menos 20 parlamentares petistas declararam apoio a uma emenda "aglutinativa" que aceitava o distritão e o distrital misto, demonstrando total desconsideração pelas resoluções do congresso do PT, demonstrando total desrespeito às prerrogativas do Diretório Nacional (única instância que, numa situação limite, poderia "atualizar" ou "flexibilizar" resoluções congressuais) e, pior que tudo, demonstrando total desprezo pelos efeitos que o distritão poderia ter sobre a vida de um partido de esquerda como o PT. Mas, é claro, o distritão beneficiaria os augustos parlamentares, demonstrando que o cretinismo parlamentar segue vivo e forte.

A respeito dos debates sobre a reforma política no Congresso Nacional, recomendamos a leitura do artigo de Bruno Costa, publicado nesta edição de *Página 13*.

As diferentes atitudes existentes no interior da esquerda se materializam em diferentes táticas frente às eleições de 2018. A esse respeito, há neste momento pelo menos três posições: a) alianças com setores do golpismo; b) lançamento de candidaturas de esquerda, mas que não fariam aliança nem apoiariam a candidatura petista; c) defesa e apoio à candidatura Lula.

Hoje, o conjunto do PT defende a candidatura Lula. Mas começa a prosperar um debate sobre o que fazer diante de um eventual impedimento de Lula. Há os que defendam o boicote às eleições, há os que defendam o lançamento de outra candidatura petista, há os que defendam o apoio a uma candidatura de fora do PT. A direção do PT precisa sempre deixar claro que esta discussão é totalmente equivocada, pois, além de nos dividir, na prática dá por inevitável e em certa medida naturaliza os planos do juízo de Curitiba.

Neste sentido, também, devemos prosseguir na campanha "Eleição sem Lula é fraude". E caso a fraude se materialize, a posição do PT sobre o que fazer neste cenário deve ser decidida num plebiscito interno. Como no episódio do Colégio Eleitoral, nos anos 1980, só a base pode decidir o que fazer numa situação tão delicada e com consequências tão profundas.

O Partido não deve descartar a possibilidade de a direita tentar impedir o funcionamento do Partido, através de artimanhas legais e cobrança de multas milionárias, ou de cassar o registro partidário. Entretanto, nada que a direita faça impedirá que o PT continue existindo e atuando. Neste espírito,destacamos o acerto das Caravanas -- não com finalidades eleitorais, mas como instrumento de diálogo com o povo, de acúmulo de forças para impedir o golpe dentro do golpe, de revitalização do nosso Partido. A respeito das caravanas, recomendamos a leitura do texto de Natália Sena, nesta edição do *Página 13*.

Setorial de Mulheres

A publicação desta edição de *Página 13* ocorre pouco antes do encontro setorial nacional de mulheres petistas. A Articulação de Esquerda comparecerá com candidatura e chapa próprias. Como explica a companheira Ana Lídia em texto publicado nesta edição, um dos motivos para isto foi a postura adotada pela coalizão Muda PT frente ao debate da paridade na composição das direções partidárias.

De certa maneira, o episódio da paridade encerra um ciclo na vida do Muda PT. A Articulação de Esquerda participou da criação deste movimento, afastando-se dele quando ficou claro que não havia disposição de debater "muito menos de superar" as divergências programáticas e estratégicas existentes entre as diferentes tendências que o compunham. Mesmo assim, a AE não se furtou de participar de iniciativas comuns, entre as quais uma votação que dividiu o Congresso do PT ao meio, exatamente referente às mulheres. Que exatamente numa questão envolvendo as mulheres, os e as representantes da chapa "Muda PT" no DN tenham resolvido cerrar fileiras e votar na posição do grupo majoritário, constitui um símbolo perfeito de que, em nome de interesses menores (como manter fulano ou beltrano num determinado cargo), quem mudou foi o próprio Muda PT. Sendo portanto perfeitamente correta a posição adotada anteriormente pela AE: não fazer parte e eventualmente realizar alianças em torno de propósitos comuns.

Conversão

Um último comentário: o cidadão Antonio Palocci já foi, algum dia, uma pessoa de esquerda. Não é mais. Podemos divergir sobre quando começou sua conversão. Mas não temos dúvidas acerca do momento em que a conversão se completou: o momento em que se tornou o representante do capital financeiro junto ao Partido. Portanto, suas atitudes agora "servindo de instrumento da direita contra Lula e contra o PT" não nos surpreendem. Assim como não ficamos surpresos com o que fizeram Candido Vaccareza e Delcídio do Amaral.

Os que confiaram nestas pessoas, os que conciliaram com suas políticas, os que formularam a estratégia de centro-esquerda, os que fizeram o Partido adotar uma política de conciliação de classes, precisam refletir a respeito. Não basta ser firme contra os golpistas, não basta resistir às ameaças da Lava Jato; é preciso reconhecer publicamente os erros e construir uma nova estratégia para o PT. Esperamos que o Congresso Nacional da tendência petista Articulação de Esquerda, a ser realizado nos dias 24 a 26/11/2017, dê uma modesta contribuição neste sentido. ★

Revoluções

O conselho editorial assina este texto, no dia em que triunfou a Revolução de 1949 na China e muito perto do dia em que triunfou a Revolução de 1917 na Rússia..

EXPEDIENTE

Página 13 é um jornal publicado sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores.
Circulação interna ao PT. Matérias assinadas não refletem, necessariamente, a posição da tendência.
ISSN 2448-0150-170
Direção Nacional da AE: Adriano de Oliveira/RS, Adriele Manjabosco/RS, Ananda de Carvalho/RS, Ângela Melo/SE, Bruno Elias/DF, Cândida Rossetto/RS, Conceição Maria de Sousa/PI, Damárci Olivi/MS, Daniela Matos/DF, Divonaldo Barbosa/PE, Edivan França/PI, Eduardo Nunes Loureiro/GO, Eleandra Raquel Koch/RS, Eliane Bandeira/RN, Elisa Guaraná de Castro/DF, Emilio Font/ES, Francisco dos Santos/MS, Ismael Cesar/DF, Izabel Cristina da Costa/RJ, Jandyra Uehara Alves/SP, Janine Azevedo/MG, João Luís Lemos/SP, João Paulo Furtado/MG, Júlio Quadros/RS, Laura Paz/RS, Leirson Silva/PA, Lício Lobo/SP, Margarida Calixto/SP, Mariuza Guimarães/MS, Múcio Magalhães/PE, Natália Sena/RN, Olavo Carneiro/RJ, Pamela Kenne/RS, Rafael Tomyama/CE, Raquel Esteves/PE, Renan Brandão/RJ, Rodrigo Cesar/SP, Rosana Ramos/DF, Rubens Alves/DF, Sônia Aparecida Fardin/SP, Tadeu Brito/SE, Ualid Rabbah/PR, Valter Pomar/SP. Comissão de ética: Ana Lídia/SP, Diego Pitirini/RS, Irene dos Santos/SP, Jonatas Moreth/DF. Suplentes da comissão de ética: Giucelia Figueiredo/PB, Wagner Lino/SP
Edição: Valter Pomar e Emilio C. M. Font **Secretaria Gráfica e Assinaturas:** Edma Walker edmawalker@gmail.com
Endereço para correspondência: R. Silveira Martins, 147 conj. 11 - Centro - São Paulo - SP - CEP 01019-000 Acesse: www.pagina13.org.br

Fora, Aécio!

PT precisa exigir urgência na cassação de Aécio pelo Senado. Criticar a decisão do STF de afastá-lo só serve para confundir a militância petista e de esquerda, repetindo erros do passado

Rogério Correia

A crise envolvendo o agora ex-senador Aécio Neves e o Supremo Tribunal Federal (STF) é responsabilidade do Senado Federal. Essa compreensão é fundamental para o PT, a fim de manter coerência com sua história e suas bandeiras, além de evitar desgastes absolutamente desnecessários.

A polêmica nota (ler em www.pt.org.br) do Diretório Nacional do PT sobre o caso, pelo contrário, vai na contramão desse entendimento. Na prática faz a defesa do Senado, sob a ilusão da preservação do estado de direito. Protege assim um Senado integrado por ampla maioria golpista, por políticos que demonstraram ausência de qualquer respeito ao estado democrático de direito.

A intervenção do STF, determinando o afastamento de Aécio do Senado e seu recolhimento noturno, só ocorreu por absoluta omissão da Câmara Alta. De maioria golpista, os senadores protegeram o colega flagrado em áudio e vídeo pedindo propina. Optaram pela guarita a Michel Temer e seu governo de direita.

Por isso a necessidade de o PT exigir urgência na cassação do mandato de Aécio no Conselho de Ética do Senado. Trata-se de um corrupto que sequer nega o diálogo amoral que teve com o empresário também gatuno Joesley Batista. Pediu R$ 2 milhões e tampouco negou (nem poderia, pois foi gravado). Recebeu a grana, também provado em vídeo.

Aécio não é apenas um corrupto (a) moral. É um golpista, o que é tão grave quanto. A cada dia que passa, fica claro a todos o ridículo a que foi submetida a democracia brasileira pelo grupo de canalhas que tomou o poder. Canalhas liderados por Michel Temer, Eduardo Cunha e sobretudo Aécio Neves.

> "A nota pública do Diretório Nacional sobre o STF e Aécio é mais uma demonstração de incompreensão do golpe feito no Brasil. Um golpe que não apenas "foi", mas "é". Estamos falando de um processo longo. E que demonstra a atualidade da luta de classes como instrumento de análise e guia para uma verdadeira prática de esquerda"

A posição petista tornada pública sobre o episódio com o STF é mais uma demonstração de incompreensão do golpe feito no Brasil. Um golpe que não apenas "foi", mas "é". Estamos falando de um processo longo. E que demonstra a atualidade da luta de classes como instrumento de análise e guia para uma verdadeira prática de esquerda.

É necessário enfatizar que a nota do Diretório Nacional do PT ignora dois aspectos: se nada fizesse o STF, Aécio continuaria livre, leve e solto, mesmo sendo pego com a boca na botija. Pois o tucano é sabidamente poupado por seus colegas de golpe.

Além disse, a nota ignora a crítica real a ser feita ao Supremo e ao Judiciário em geral: seu extremo partidarismo, refletido na seletividade da Lava Jato e de magistrados espalhados pelo país, incapazes qualquer autocrítica para freá-la. A defesa de um estado democrático só virá a partir de uma Constituinte livre e soberana que inclua o real controle externo do Judiciário. Todo petista, de qualquer corrente, tem consciência desse partidarismo. O que ajuda a sublinhar o equívoco da posição externada pelo Diretório petista.

O modus operandi de Aécio e sua turma em Minas Gerais atesta isso perfeitamente. Foram 12 anos de construção da união das diversas esferas da elite do estado, convergindo repressão e isolamento dos movimentos sociais. Aécio, seguido depois pelo seu aliado Antonio Anastasia, reprimiu toda voz contrária nesse período -- eu mesmo até hoje respondo a processos na Justiça apenas por solicitar investigações contra a turma do PSDB que governava Minas. Ao longo desses 12 anos, a direita uniu-se como poucas vezes, dando suporte ao famigerado choque de gestão, ao controle dos poderes, da Assembleia Legislativa ao Judiciário, passando pela repressão a vozes da mídia que não concordavam em dizer amém àquilo tudo.

Não é a primeira vez que alguns petistas subestimam Aecio e os tucanos mineiros. Todos recordarão o chamado "Lulécio", quando candidatos do PT foram preteridos pelo apoio, disfarçado ou nem tanto, ao voto em Lula para presidente e Aécio para governador. Em seguida, na mesma lógica, segmentos do partido fizeram vistas grossas ao Dilmazia (Dilma e Anastasia). Também patrocinaram a desastrada união formal com Aécio, na candidatura e depois gestão de Marcio Lacerda na Prefeitura de Belo Horizonte.

Foram posições que, além de irem de encontro a posições históricas do PT, serviram, no campo tático, para confundir a militância do partido e a militância de esquerda em geral. Hoje, a posição explicitada pela nota do DN em relação mais uma vez a Aécio, traz de volta esse risco.

Não é possível subir em um ringue de boxe como se fôssemos dançar valsa. Não é possível subestimar tanto a luta de classes, marca indelével da história (Marx) e sobretudo evidente no Brasil das elites que golpeou a democracia e um governo popular.

Aos petistas, a história novamente reserva o nobre lugar de juntar-se aos seus aliados naturais, os trabalhadores do Brasil. Juntos, precisamos retomar as mobilizações populares. Manter-se na luta deve ser sempre o sentido da nossa atuação. Sem qualquer benevolência com os defensores da elite, com os apologistas dos golpes à soberania popular, com os ladrões que fazem carreira tirando dos pobres para construir patrimônio privado. Sem tréguas a Aécio Neves, o rosto do golpe! ★

Rogério Correia é deputado estadual (MG) e integra o Diretório Nacional do PT, eleito pela chapa "A esperança é vermelha".

Este texto foi escrito domingo 1 de outubro, não analisando portanto os desdobramentos posteriores.

A batalha eleitoral de 2018

Adriano de Oliveira

Dentre as batalhas que a esquerda brasileira trava em todos os terrenos, a batalha eleitoral de 2018 será fundamental, porque no curto prazo constitui talvez a última possibilidade de barrar "pacificamente" o golpismo.

Será travada em um cenário internacional gravíssimo e com desdobramentos imprevisíveis, dada a escalada das tensões e conflitos militares, da concentração do capital e ampliação da miséria, ofensiva da direita ultrarreacionária e de movimentos fascistas no mundo todo.

No Brasil, a batalha eleitoral de 2018 -- caso não tenhamos êxito na luta imediata pelo Fora Temer e Diretas Já -- será travada num cenário de destruição de direitos, congelamento do "gasto" público por vinte anos, destruição da CLT, terceirização irrestrita, retorno do país ao mapa da fome, retomada das privatizações entreguistas, criminalização da política (leia-se: da política da esquerda e dos movimentos sociais), ataques à previdência, dentre tantos retrocessos patrocinados por um governo que hoje tem 3% de aprovação, completamente desmoralizado, em meio a disputas internas, mas com uma agenda de contrarreformas unificada pelos interesses do grande capital local e internacional.

Neste cenário, nossos dois primeiros objetivos são garantir que as eleições ocorram e que a esquerda (em particular Lula) possa participar livremente.

> "Não é possível subir em um ringue de boxe como se fôssemos dançar valsa. Não é possível subestimar tanto a luta de classes, marca indelével da história (Marx) e sobretudo evidente no Brasil das elites que golpeou a democracia e um governo popular"

Nosso terceiro objetivo é eleger Lula presidente, com um programa de esquerda centrado em cinco eixos: convocar uma Assembleia Constituinte, revogar as medidas adotadas pelos golpistas, retomar o crescimento com geração de empregos, recuperar as políticas sociais e implementar um programa democrático e popular com reformas estruturais.

Sabemos que isto abrirá uma nova fase na verdadeira "guerra civil" que está em curso entre os interesses do povo e os interesses da elite deste país. Por isto, nosso quarto objetivo é utilizar a campanha eleitoral para ajudar na conscientização, organização e mobilização da classe trabalhadora e da maioria do povo brasileiro.

Nossa tática eleitoral, a política de alianças e a escolha de candidaturas para disputar as eleições de 2918 devem estar vinculadas a estes quatro objetivos. Todas as nossas lideranças devem ser convocadas a concorrer, majoritária e proporcionalmente, em todos os estados, movimento combinado com esforço de construção de novas lideranças em especial nos setores mais excluídos (negros, mulheres, LGBT, juventude e muitos outros), cobrindo todas as regiões em cada estado.

Claro que teremos que fazer ajustes táticos, que levem em conta as possibilidades em aberto sobre as "regras do jogo", as mudanças conjunturais no país e no mundo. O que não podemos ter dúvida é da importância da batalha eleitoral de 2018 para o futuro do país e do povo brasileiro.

Amplos setores do povo brasileiro começam a compreender que o Golpe de Estado de 2016 foi, antes de tudo, contra seus interesses, contra os direitos conquistados da classe trabalhadora. Exatamente por isso o atual governo está completamente desaprovado pela população, Lula aponta em 1° lugar em todas as pesquisas, seguido pelo famigerado boçal ultraconservador de extrema direita Jair Bolsonaro.

Por isso, o principal movimento tático do golpismo é tentar interditar a candidatura Lula. Nossa resposta a isto é simples: **Eleição sem Lula é Fraude!** ★

Adriano de Oliveira é membro do Diretório Nacional do PT

Reforma política: contextos e pretextos

Bruno Costa

No dia 19 de setembro, o Plenário da Câmara dos Deputados rejeitou a Proposta de Emenda à Constituição que acabava com o voto proporcional e instituía o voto majoritário nas eleições de vereadores, deputados estaduais e deputados federais. Se a PEC fosse aprovada, somente os candidatos mais votados de cada município e de cada estado - por isso o sistema é apelidado de "distritão" - ocupariam as vagas dos legislativos, independentemente da votação de seus partidos.

No distritão, estima-se que cerca de 40% dos votos dos eleitores sejam descartados, pois somente os votos direcionados aos candidatos mais votados definem a composição das câmaras municipais, assembleias legislativas e da Câmara dos Deputados. As organizações partidárias e suas respectivas plataformas políticas sucumbem perante o culto às personalidades.

Os partidos que protagonizaram a ruptura democrática e conduziram Michel Temer à presidência foram os defensores mais entusiastas do distritão, que foi derrotado com 238 votos contrários, 205 votos favoráveis e 1 abstenção.

O placar da votação representou uma importante vitória para a oposição e para o campo democrático-popular, em um contexto de absoluta hegemonia conservadora e de sucessivos ataques contra a democracia e os direitos sociais.

> "O cenário é de acirramento da disputa de classes, recessão econômica, elevado desemprego, crise institucional, politização do judiciário e crescente ameaça de golpe militar. Cabe ao PT, no debate sobre a reforma político-eleitoral em curso no Congresso Nacional, defender suas bandeiras históricas e apontar os limites da institucionalidade vigente"

Poucos dias antes, no entanto, a Bancada do PT na Câmara dos Deputados ensaiou a construção de um acordo que previa a implementação do distritão a partir das eleições de 2018 e do sistema distrital misto a partir das eleições de 2022, bem como a adoção do financiamento público de campanhas.

A operação contrariou resolução do 6º Congresso Nacional do PT, na qual o partido defende o sistema de voto proporcional com lista partidária pré-ordenada, alternância entre homens e mulheres na lista partidária pré-ordenada, financiamento público de campanhas, cláusula de desempenho para redução do número de partidos e o fim das coligações nas eleições proporcionais.

Mas felizmente essa operação não teve êxito. Partidos contrários ao distritão obstruíram a votação e a emenda aglutinativa que materializava o mencionado acordo foi retirada, visto que não haviam 308 votos necessários à sua aprovação.

Retomada a discussão no dia 19 de setembro, a Bancada do PT na Câmara dos Deputados adotou a postura política correta e combateu com afinco o distritão, que finalmente foi derrotado em benefício do sistema de voto proporcional.

No dia 20 de setembro, por sua vez, a Câmara dos Deputados deu continuidade à votação de uma outra Proposta de Emenda à Constituição que proíbe coligações nas eleições proporcionais; cria uma cláusula de desempenho para os partidos terem acesso aos recursos do fundo partidário e à propaganda partidária em rádio e televisão; elimina a janela para a troca de partido antes dos processos eleitorais; e permite que partidos se unam em federações, desde que permaneçam atuando enquanto federações durante toda uma legislatura (4 anos).

O texto-base da matéria foi aprovado com 363 votos favoráveis, 24 votos contrários e 2 abstenções. Concluída a votação dos destaques na Câmara dos Deputados, na qual foram suprimidos do texto os dispositivos que eliminavam a janela para a troca de partido antes dos processos eleitorais e que permitiam a união de partidos através de federações, a PEC foi encaminhada ao Senado Federal. Ainda precisa ser aprovada no Senado e promulgada antes do dia 07 de outubro, do contrário as novas regras não terão validade nas eleições de 2018.

Uma outra faceta da reforma político-eleitoral que continua em debate no Congresso Nacional diz respeito à forma como são financiadas as campanhas eleitorais. Quando o Supremo Tribunal Federal julgou inconstitucional o financiamento empresarial de campanhas, uma bandeira histórica do PT ganhou força no ambiente parlamentar: a adoção do financiamento público de campanhas.

Apesar de ser uma proposta extremamente impopular em tempos de recessão econômica, congelamento dos investimentos públicos, eliminação de direitos trabalhistas, privatização do patrimônio nacional e desmonte de políticas sociais, o financiamento público é a forma mais democrática de financiamento das campanhas eleitorais.

O financiamento empresarial de campanhas, que vigorou até as eleições de 2014, torna os mandatos eletivos reféns das grandes empresas que financiam as campanhas eleitorais. E por qual motivo financiam campanhas? Para obter benesses e privilégios. Os governos e parlamentares eleitos deixam de representar a sociedade ou as frações da sociedade que buscam representar para defender os interesses das empresas que financiam suas campanhas.

Ademais, o financiamento empresarial de campanhas torna as disputas político-eleitorais extremamente caras e desiguais. As candidaturas das classes e movimentos populares não têm condições de disputar com as candidaturas que são patrocinadas pelo empresariado, e o resultado é a brutal hegemonia conservadora que vemos materializada no Congresso Nacional.

Até recentemente, o financiamento empresarial de campanhas, através de doações legais e ilegais (Caixa 2), foi o principal motor da corrupção no Brasil, e por isso mesmo deve continuar sendo considerado inconstitucional.

Já o financiamento de campanhas por pessoas físicas, que vigorou nas eleições municipais de 2016, da forma como foi implementado, também tornou as disputas político-eleitorais muito desiguais. As pessoas físicas puderam doar até 10% do seu rendimento bruto do ano anterior, ao tempo em que os candidatos milionários puderam investir suas riquezas pessoais nas próprias campanhas. Resultado: empresários que antes financiavam campanhas em busca de benesses e privilégios saíram dos bastidores e se lançaram candidatos, como ilustra o caso de João Doria, eleito prefeito de São Paulo pelo PSDB. As candidaturas das classes e movimentos populares, também nesse modelo, perderam as condições de disputar com as candidaturas empresariais.

Por quais motivos o financiamento público de campanhas torna as disputas político-eleitorais menos desiguais e os mandatos eletivos menos reféns dos financiadores de campanha? Com a adoção do financiamento público, os maiores partidos dos mais diversos espectros ideológicos partem de um patamar mais igualitário para a disputa, com paridade de armas. Os maiores partidos de esquerda, por exemplo, não dependeriam de empresários para investir na candidatura da liderança camponesa, da liderança sindical, da liderança do movimento negro, da liderança do movimento de mulheres...

Com o financiamento público de campanhas, evita-se que os financiadores de campanha cobrem a fatura dos candidatos eleitos depois das eleições. Fatura que geralmente é paga através de fraudes em licitações, contratos superfaturados, corrupção de servidores públicos, concessão de licenças ambientais ilegais, aprovação de leis que beneficiam os financiadores de campanha, dentre outras formas de pagamento.

Destinar uma parte do orçamento público para o financiamento de campanhas pode parecer absurdo para o senso comum, mas é uma forma inclusive de evitar que o dinheiro público seja escoado para os ralos da corrupção derivada das demais formas de financiamento de campanhas. Pode parecer absurdo, mas é uma forma de induzir a sociedade política a representar os interesses das maiorias sociais.

No dia 26 de setembro, o Senado Federal aprovou um projeto de lei (infraconstitucional) que cria um fundo para o financiamento público de campanhas, mas vai além, modificando a lei dos partidos políticos para acabar com a propaganda partidária gratuita em rádio e televisão, em benefício do enfraquecimento das organizações partidárias.

A Bancada do PT no Senado Federal atuou no sentido de aprovar a criação do fundo para o financiamento público de campanhas e rejeitar, via destaque, o fim da propaganda partidária gratuita em rádio e televisão, que existe justamente para que os partidos possam apresentar seus programas e propostas, dialogar com a sociedade e com os filiados, divulgar posições sobre temas de grande relevância e fomentar a participação política.

A matéria seguiu para a Câmara dos Deputados, onde já existem outras propostas de financiamento público de campanhas sendo debatidas, inclusive aquela que é relatada pelo deputado petista Vicente Cândido.

Nos próximos dias pode acontecer tudo, inclusive nada, pois qualquer mudança na legislação precisa estar em vigor antes do dia 07 de outubro para que as novas regras tenham validade nas eleições de 2018. Por isso mesmo a semana que vai do dia 01 ao dia 07 de outubro será decisiva.

É possível que uma reforma político-eleitoral seja aprovada antes do dia 07 de outubro? É possível. É possível que essa reforma político-eleitoral preserve o sistema de voto proporcional, institua o financiamento público de campanhas, vede as coligações em eleições proporcionais e institua uma cláusula de desempenho para os partidos, na linha do que o PT historicamente defende? É possível. Se isto ocorrer, dias melhores virão pela frente? Não necessariamente.

O cenário é de acirramento da disputa de classes, recessão econômica, elevado desemprego, crise institucional, politização do judiciário e crescente ameaça de golpe militar. Cabe ao PT, no debate sobre a reforma político-eleitoral em curso no Congresso Nacional, defender suas bandeiras históricas e apontar os limites da institucionalidade vigente, convocando a população brasileira a lutar contra o golpe continuado, em defesa da democracia, em defesa de Lula e de um projeto democrático-popular articulado ao socialismo, a ser construído no chão das lutas, com o apoio dos intelectuais orgânicos da classe trabalhadora. ★

Bruno Costa é militante do PT

Generais golpistas e vivandeiras *gauche*

Novo golpe militar à vista. E há pessoas de esquerda que se iludem a respeito

Pedro Estevam da Rocha Pomar

As últimas semanas acrescentaram um novo fator à crise política nacional. Não se trata da segunda denúncia da Procuradoria Geral contra Temer e sua quadrilha, despachada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) ao Congresso Nacional, numa votação que derrotou e deixou isolado o ministro tucano Gilmar Mendes na sua defesa incondicional do presidente golpista. Não: trata-se das Forças Armadas, mais precisamente do Exército, que assumiu, pela voz de dois generais de quatro estrelas (generais-de-exército), estarem em curso "planejamentos" para uma eventual "intervenção militar", eufemismo para golpe militar.

Em resumo: 1) em debate realizado em 15/9 por uma loja da Maçonaria — organização cujo papel no golpe midiático, parlamentar e judicial de 2016 merece, cada vez mais, ser estudado — o general Antonio Hamilton Mourão, membro do Alto Comando do Exército, externou sua posição favorável à "intervenção militar"; 2) instado pelo próprio ministro da Defesa, Raul Jungmann, a dar explicações e adotar "medidas cabíveis" quanto às declarações de Mourão, o comandante do Exército, general Villas Boas, numa providencial entrevista à Rede Globo em 20/9, terminou por endossar a manifestação de Mourão, por ele definido como "um grande soldado, um gauchão", e avisou que seu subordinado não será punido; 3) o governo golpista enfiou o rabo entre as pernas e não voltou a tocar no assunto.

Foto Wilson Dias

> "Os generais de hoje, em que pese a badalada mitologia da "profissionalização das Forças Armadas", continuam a pensar como os generais de ontem, pois foram formados nas mesmas escolas, com os mesmos manuais, avessos às liberdades democráticas e a qualquer ideia progressista."

A partir daí, alguns outros oficiais, como o ex-comandante das tropas no Haiti, general reformado Augusto Heleno, endossaram publicamente a posição de Mourão. No sentido contrário, parlamentares como o deputado federal petista Wadih Damous (RJ), jornalistas como Teresa Cruvinel, Jânio de Freitas e Paulo Henrique Amorim, intelectuais como Vladimir Safatle e órgãos como a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) do Ministério Público Federal colocaram-se abertamente contra a manifestação golpista. "Não sejamos inocentes: houve uma ameaça de golpe militar", escreveu Teresa Cruvinel.

Dois dias após a conversa do general Villas Boas com o amável Pedro Bial (que não questionou o entendimento muito particular que o comandante do Exército tem da Constituição Federal), a revista *IstoÉ* publicou uma importante informação, que permite entender o contexto da fala de Mourão e o quanto ela encerra de ameaça real. A seguir, o principal trecho da reportagem de *IstoÉ*, assinada pelos jornalistas Ilimar Franco, Bárbara Libório e Germano Oliveira:

"Segunda-feira, 11, às 9h, o ar estava seco e o tempo quente em Brasília, a despeito de ainda ser inverno no País. Nesse exato instante, o Comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, fazia a abertura formal da 314ª reunião do Alto Comando do Exército, realizada no Quartel General do Exército, em Brasília. O encontro, de cinco dias de duração, foi convocado para discutir os problemas que afligem os militares, entre os quais, a crise política do País e a falta de recursos para manter soldados nas casernas e garantir as atividades básicas da força, alvo de um significativo contingenciamento de verbas do governo federal. [...] Mas a pauta, por assim dizer, foi extrapolada, ultrapassando as fronteiras do razoável. Na surdina, a cúpula do Exército pôs em debate ali o que o general Antonio Hamilton Martins Mourão ecoaria dias depois, mais precisamente na sexta-feira 15, durante um evento da Loja Maçônica Grande Oriente: uma eventual necessidade de uma intervenção militar no País, 'diante da crise ética e político-institucional'".

Ou seja, concluiu *IstoÉ*, "Mourão não falava sozinho nem havia cometido um arroubo imprevidente, quando defendeu a solução radical tornada pública na última semana". Portanto, estaria aí uma das explicações para que Villas Boas se visse impedido de punir o colega: ele teria dito a verdade. O Exército, tudo indica, pensa mesmo em, eventualmente, "intervir" *manu militari* para fazer cessar o "caos".

Mitologia

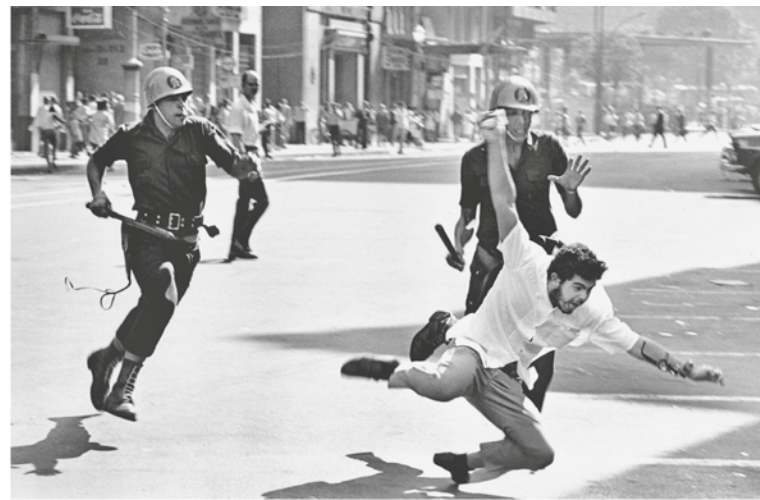
Ninguém deveria se espantar com a pretensão "salvadora" dos generais, por mais que ela seja ilegítima, ilegal e digna de total repúdio. Isso porque os governos posteriores à Ditadura Militar não tiveram a coragem de tomar as medidas necessárias para realizar o ajuste de contas que permitisse a superação desse período.

Mesmo os governos de Lula e Dilma Rousseff, de origem democrática e popular, preferiram contemporizar com os militares, ao invés de adotar providências cruciais tais como a democratização das Forças Armadas e a reforma dos colégios militares; a punição dos agentes da Ditadura Militar que sequestraram, torturaram e assassinaram centenas de opositores políticos e que cometeram todo tipo de crimes contra lideranças camponesas e povos indígenas; a extinção das Polícias Militares e das Justiças Militares estaduais; a revogação da Lei de Segurança Nacional e de outros dispositivos legais herdados do regime militar.

O relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e suas Recomendações ao Estado Brasileiro, por exemplo, foram engavetados. Os generais de hoje, em que pese a badalada mitologia da "profissionalização das Forças Armadas", continuam a pensar como os generais de ontem, pois foram formados nas mesmas escolas, com os mesmos manuais, avessos às liberdades democráticas e a qualquer ideia progressista.

Prova contundente de que as Forças Armadas não mudaram (e continuam a enxergar nos movimentos sociais e nos partidos de esquerda o ***inimigo interno***) foi a operação armada contra um grupo de jovens que participaram de uma manifestação contra Temer em 2016, na capital paulista. Um oficial do Exército infiltrado no movimento, o capitão Willian Pina Botelho, os conduziu a uma armadilha, em conluio com a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo. Como decorrência dessa operação, 18 jovens foram detidos no Centro Cultural São Paulo. Soltos em seguida, atualmente respondem a um processo judicial por "associação criminosa" e estão sujeitos a pena de quatro anos de prisão. Como prêmio, Botelho (ou "Balta Nunes") foi promovido a major.

Esquerda, volver?

Assim, não deveria surpreender a ninguém a movimentação golpista do Alto Comando do Exército. O que surpreende, de verdade, é a posição de intelectuais e ativistas de esquerda que, antes mesmo do pronunciamento do general Mourão à Maçonaria, resolveram defender uma "intervenção militar", em chocante convergência com a palavra de ordem dos grupos de extrema-direita que vêm batendo nesta tecla desde 2013.

> "O que surpreende, de verdade, é a posição de intelectuais e ativistas de esquerda que, antes mesmo do pronunciamento do general Mourão à Maçonaria, resolveram defender uma "intervenção militar", em chocante convergência com a palavra de ordem dos grupos de extrema-direita que vêm batendo nesta tecla desde 2013"

Primeiro foi o respeitado jornalista Luís Nassif, que em 25/8, no artigo "Apelo aos brasileiros de boa vontade", dirigido aos mais heterogêneos grupos sociais (Anfavea, sojicultores, ambientalistas, ruralistas etc.) e redigido em tom dramático, clamou: "Atenção, Forças Armadas, sabem aquela história de que energia é soberania? Pois é, o setor elétrico será entregue aos chineses, o petróleo aos americanos. E o projeto Amazônia Azul será bancado pela IV Frota, já que os ativos a serem defendidos serão os deles".

Ao final do artigo, Nassif resume: "Atenção, Anfavea, Abimaq, Abdib, atenção ruralistas, ambientalistas, Forças Armadas, brasileiros com responsabilidade em relação ao futuro: movam-se! Pelo amor de Deus! Por respeito ao país!". É verdade que não é exatamente um chamado às armas. Mas quando se pede aos militares que eles se "movam", o que esperar de tal movimento?

Depois foi a vez do professor Luiz Alberto Moniz Bandeira, historiador e intelectual de grande prestígio que vive na Alemanha, que em carta a Paulo Henrique Amorim, publicada em 1/9, disse "Só vejo uma saída para a crise política no Brasil: a intervenção militar. É legal, quando o governo sai dos quadros constitucionais vigentes. Temer foi eleito vice-presidente na chapa de Dilma Rousseff, cujo programa não era esse de reformas. E o Congresso não foi eleito com poderes constituintes para fazer congelamento de despesas por 20 anos, reforma política, trabalhista etc. Agora só os canhões podem fazer reformas para evitar a venda do país a preço de liquidação".

Dada a repercussão dessas declarações, Moniz Bandeira voltou ao tema repetidas vezes, sempre reiterando sua posição. "Eu não estou defendendo o golpe de Estado. Não se trata absolutamente disso. É necessário, antes de mais nada, acabar com o preconceito contra as Forças Armadas, decorrente do golpe militar de 1964", disse ele em entrevista concedida a Wellington Calasans, do blogue *O Cafezinho*, e publicada no fatídico dia 15/9.

"A facção que deu o golpe militar em 1964 não pode ser confundida com as Forças Armadas no seu conjunto. As Forças Armadas são uma instituição do Estado-Nação; existem e existirão enquanto o Brasil for um Estado-Nação, isso eu sempre disse. E há momentos em que elas têm que intervir como aconteceu, por exemplo, em 1955 que o General Lott interveio para garantir a posse de Juscelino Kubitschek e retoma os quadros constitucionais vigentes. Quando um governo sai dos quadros constitucionais vigentes, como é o caso atual, a intervenção das Forças Armadas para restabelecer a ordem constitucional é legal".

A tese de Moniz Bandeira, que conquistou adeptos nas fileiras da esquerda, baseia-se num profundo equívoco, pois, ao contrário do que ele sustenta, o golpe de 1964 só foi vitorioso porque os setores militares golpistas eram (ou se tornaram) hegemônicos nas Forças Armadas. Havia sim uma facção legalista e progressista, aliada ao governo de João Goulart, que era minoritária, não

conseguiu se opor ao golpe (até pelas vacilações de Jango) e foi derrotada e perseguida.

Evidências

No entanto, a interpretação torta de que o golpe que implantou a Ditadura Militar foi obra de uma "facção" das Forças Armadas não é nova dentro da esquerda, havendo sempre quem procure, contra todas as evidências, evitar atribuir ao conjunto das instituições militares a responsabilidade direta pelo regime que ensanguentou e humilhou o Brasil por mais de vinte anos. Ela anda de mãos dadas com outros fenômenos, como o surto de revisionismo pedagógico ("ditadura civil-militar") e as recorrentes descobertas de um certo fervor nacionalista deste ou daquele oficial-general.

Muito instrutivos, neste sentido, são os comentários do jornalista Beto Almeida, conselheiro da Telesur, a respeito das invectivas do general Mourão. Almeida procurou justificar as declarações deste, não só explicando-as como um alerta relacionado a "insatisfações da caserna", mas até mesmo como resultado de uma suposta cisão nas Forças Armadas, provocada pelo anúncio da realização de manobras militares conjuntas com os Estados Unidos na Amazônia brasileira. A iniciativa do governo teria colocado em risco a soberania nacional, incomodando assim o Alto Comando do Exército.

"De repente, uma ala militar, provavelmente a que está instalada no Palácio do Planalto, no dia seguinte à posse do Temer assinou o convite para o Exército norte-americano participar dessas manobras. Fica claro que há duas posições no seio dos militares: um setor não gostou disso, e começou então um burburinho", avaliou Almeida, em vídeo disponível no YouTube. O que significa também, emendou ele, "que os parlamentares já foram avisados de que não poderão repetir a vergonhosa comédia trágica de compra e venda de votos para salvar o Temer". Portanto, o jornalista faz uma interpretação simpática ao discurso do "gaúchão" Mourão!

Foto Marcelo Camargo

No início do ano, Almeida foi um dos articuladores de uma "carta aberta" que seria enviada ao comandante do Exército, a propósito de determinadas opiniões manifestadas ao jornal *Valor Econômico*. Nessa entrevista, concedida em fevereiro, Villas Boas descartou uma possível intervenção militar: "O entendimento que temos, e talvez essa seja a diferença em relação a 1964, é que o país tem instituições funcionando. O Brasil é um país mais complexo e sofisticado do que era. Existe um sistema de pesos e contrapesos que dispensa a sociedade de ser tutelada". Portanto, ao mesmo tempo em que justifica o golpe militar (pela presumida ausência, à época, de "instituições funcionando" e de "pesos e contrapesos"!), deixa implícito que na atualidade, caso tais condições desapareçam, bem, então que venha a tutela!

"Alegra-nos sua coragem e discernimento e a postura cívica das Forças Armadas do Brasil, de respeito à Constituição Federal, nesses tempos em que os três poderes de Estado não hesitaram em desrespeitá-la com o processo de *impeachment* ilegítimo e vergonhoso", dizia a "carta aberta" a ser endereçada ao general. "Sua entrevista traz diversos aspectos que merecem atenção de todo povo brasileiro e é com eles que queremos dialogar. Suas declarações, lastreadas pela investidura do cargo que ocupa e em sua vasta experiência pessoal, conhecedor da nossa dura realidade social, adquirem uma importância ainda maior".

Porém, o documento que transformaria o general Villas Boas numa espécie de interlocutor privilegiado de uma parcela da esquerda, fiador da legalidade, aparentemente não foi bem recebido por quadros políticos e intelectuais entre os quais circulou para receber assinaturas, e os autores da iniciativa teriam desistido de levá-la adiante. Será que desconheciam as vitoriosas pressões do comandante do Exército sobre o governador do Distrito Federal para que o memorial em homenagem a Jango não fosse construído?

Sem memória?

Nunca é demais lembrar aos desmemoriados que as Forças Armadas, como instituições, continuam a defender a Ditadura Militar (1964-1985) e não pediram desculpas pelos crimes cometidos naquele período; que operaram abertamente para sabotar a Comissão Nacional da Verdade e impedir a punição dos torturadores (e conseguiram); e que continuam a formar seus quadros (oficiais) como antes, dentro do mais feroz conservadorismo, anticomunismo e aversão aos preceitos democráticos.

O artigo 142 da Constituição Federal, que é uma brecha para a intervenção militar "a pedido de um dos poderes", foi produto da pressão das próprias Forças Armadas sobre os parlamentares constituintes, em 1988; da mesma forma os dispositivos que mantiveram as Polícias Militares como forças auxiliares do Exército — e que as transformaram, de fato, no instrumento de continuidade do Terrorismo de Estado em tempos de democracia formal.

Como nota o professor Fábio Venturini, da Unifesp, o Exército está enviando um sinal à burguesia: "Se precisar, estamos aqui". Estaria buscando, assim, protagonismo político e prestígio perdidos ao final da Ditadura Militar. "As ilusões em democratismos na vigência da Constituição de 1988 estão cobrando a conta integralmente. Quando os generais recorrem ao artigo 142 nada mais fazem do que algo que já haviam deixado claro lá nos anos 1980 e negociado no processo constitucional. Ignoramos, fizemos troça, tachamos como impensável um novo golpe no Brasil".

Sem que as Forças Armadas e as escolas militares tenham experimentado um processo de democratização e reforma interna, e sem que tenha havido punição dos altos oficiais, autores intelectuais e/ou materiais de sequestros, torturas, assassinatos, desaparecimentos e outros crimes, um golpe militar só poderá piorar ainda mais as coisas, com o agravante de que postergará indefinidamente uma retomada democratizante. Por exemplo: qual é a chance de se manter a realização de eleições diretas em 2018, caso haja um golpe militar? ★

Pedro Pomar é jornalista e militante do PT-SP

Caravana da resistência!

Natália Sena

Ato de encerramento da Caravana Lula pelo Brasil, no Maranhão. Foto Ricardo Stuckert

A caravana do ex-presidente Lula pelo Nordeste aconteceu entre os dias 17 de agosto e 5 de setembro de 2017 e percorreu mais de cinquenta cidades nos nove estados nordestinos. O objetivo da caravana era defender o legado dos governos petistas e denunciar os desmontes que o governo golpista está fazendo nas políticas públicas que beneficiam a maioria do povo pobre do Brasil, em especial do Nordeste.

A caravana foi um sucesso de público. A presença do povo nos atos públicos, a receptividade em todos os lugares, as inúmeras manifestações espontâneas que obrigaram o ônibus a parar em cidades que não estavam no roteiro, dentre outros fatos de grande emoção e simbolismo, merecem ser comemorados e são a prova de que os nossos governos efetivamente melhoraram a vida do povo e que o povo sabe reconhecer isto.

Mas para além destes fatos, já exaustivamente veiculados e exaltados nos ambientes petistas, é preciso realizar um balanço político mais aprofundado acerca do que representou este importante momento de resistência, tanto no cenário da ofensiva da direita contra o PT e contra o próprio Lula, quanto na perspectiva de pensar os próximos passos táticos e estratégicos.

Não restam dúvidas sobre a importante demonstração de capacidade de resistência que o sucesso desta caravana representa na conjuntura que vivemos. O golpista Temer, quando viaja pelo país, só participa de eventos a portas fechadas com autoridades e empresários. Lula conseguir mobilizar a realização de atos públicos amplos, tanto em capitais quanto em cidades do interior; significa que mesmo com toda a perseguição judicial e midiática da qual está sendo alvo direto, existe no sentimento popular uma memória positiva do tempo no qual esteve governando o país.

Do ponto de vista político, a caravana representa um passo importante na necessária reaproximação do Partido com a classe trabalhadora e demonstra que existe capacidade de mobilização que deve ser trabalhada para que possamos ampliar nossa resistência no enfrentamento os brutais ataques que irão se intensificar ainda mais no próximo período.

No entanto, além da defesa do legado dos governos petistas e da denúncia do desmonte que o golpismo está fazendo nas políticas públicas e nos direitos da classe trabalhadora, a caravana também deixou evidente que não há mudança do ponto de vista estratégico no pensamento de Lula e da maioria do PT, que continua sendo fortemente orientado pela conciliação de classes.

Um exemplo disto são os sinais que alguns "encontros" ocorridos na caravana dão a respeito do tema alianças. Prevalece, nos discursos e nas atitudes do ex-presidente e da maioria dos dirigentes partidários, a posição que pode ser resumida por este trecho do balanço feito por Márcio Macedo, coordenador da caravana: "*Lula pode ser a **força que vai reunificar o país**, porque é uma liderança que **não carrega ódio ou rancor**. Ele poderá **superar o ódio e a intolerância que foram estimulados pelas elites**, que hoje foram **também prejudicadas por este processo***".

O discurso de que é necessário reunificar o país evidencia a ilusão acerca da existência de um setor do que ele chama de "elites" que esteja disposto a retomar a aliança (política e eleitoral) conosco. E quanto ao tema do "ódio" e do "rancor", é preciso que se entenda de uma vez por todas que não são sentimentos de ódio e rancor que levaram à atual situação política, mas sim o conflito entre interesses de classe opostos e que por diversos fatores (internacionais, políticos, econômicos etc.) não encontram mais quaisquer pontos de convergência.

Diante de tudo isto, resumiria a caravana em uma palavra: resistência. Ela reforça o acerto do mote "eleição sem Lula é fraude" e demonstra que existe caldo para retomada do massivo apoio popular que é necessário para barrar o impedimento judicial da candidatura de Lula. É muito significativo que a caravana tenha acontecido, que tenha sido um sucesso e que tenhamos enfrentado a ofensiva contra nós colocando o pé na estrada e indo ao encontro da classe trabalhadora.

Apesar das limitações políticas, que são o reflexo do pensamento conciliador e republicano que ainda predomina no nosso Partido, as caravanas são uma das coisas certas a serem feitas neste momento em que precisamos dedicar as nossas melhores energias a recuperar o apoio da classe trabalhadora.

Por fim, destaco que já existe data marcada para a próxima caravana: em outubro, Lula irá percorrer 11 cidades mineiras em 8 dias de viagem. ★

Natália Sena integra o Diretório Nacional do PT

Relato de uma reunião

No texto abaixo, Página 13 conta como foi a mais recente reunião do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores

Foto: Paulo Pinto/Agência PT

O Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores se reuniu em São Paulo nos dias 21 e 22 de setembro de 2017. Na pauta, conjuntura nacional, avaliação da caravana Lula pelo Nordeste, lançamento da caravana Lula em Minas Gerais, planejamento estratégico, campanha de filiação e questões organizativas.

Antes do início da reunião, na manhã do dia 21 de setembro, aconteceu o lançamento da plataforma "O Brasil que o povo quer", um site cujo objetivo é ampliar as ferramentas de participação popular na elaboração programática do Partido. O lançamento contou com a presença do ex-presidente Lula e com palestras de Márcio Pochmann, presidente da FPA, e Tereza Campello, que foi ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. A iniciativa é uma parceria do PT Nacional, Instituto Lula e a Fundação Perseu Abramo.

A reunião em si foi aberta na tarde do dia 21 de setembro com duas palestras sobre conjuntura, por Jessé de Souza e Esther Dweck, e o debate ocupou quase todo o primeiro dia. Chama a atenção o espaço que Jessé de Souza tem recebido de instâncias vinculadas ao petismo, especialmente quando constatamos a fragilidade de suas posições teóricas (a este respeito, recomendamos a leitura dos artigos críticos publicados na página www.pagina13.org.br).

Na avaliação da caravana de Lula pelo Nordeste, seu coordenador Márcio Macedo apresentou um balanço (ver texto Caravana da resistência, nesta edição de Página 13); além disso tivemos uma apresentação de vídeos e fotos da caravana, por Ricardo Sturcket; falas de balanço dos presidentes e membros do DN que são do Nordeste; e o encerramento com uma fala de Lula, que participou de todos os momentos neste primeiro dia de reunião. A próxima caravana já tem data marcada: será em outubro, em Minas Gerais.

No segundo dia da reunião do DN, a pauta foi planejamento estratégico, campanha de filiação, encaminhamentos organizativos e aprovação de resoluções.

O planejamento estratégico geral foi apresentado por Renato Simões e as secretarias que já concluíram seus respectivos planejamentos fizeram apresentações específicas: Comunicação (Carlos Árabe), Assuntos institucionais (Guimarães) e Relações internacionais (Mônica Valente).

Na pauta sobre a campanha de filiação houve transmissão ao vivo pelo facebook e foi apresentada a situação das filiações por região, onde precisamos reforçar, metas, peças da campanha etc.

Na pauta dos assuntos organizativos, foram tratados temas como o plebiscito sobre o PED, validação de filiações pendentes, congresso da Juventude do PT, composição da Executiva Nacional e paridade.

No que diz respeito a composição da CEN, foi informado pela secretária nacional de Organização que a secretaria de mobilização estava "aguardando indicação da Articulação de Esquerda". Neste momento a bancada da AE informou que não indicaria ninguém para esta secretaria, pelas razões já expostas em ocasiões anteriores, inclusive em carta enviada no dia 13 de setembro ao Diretório Nacional (ver box). Foi proposto, então, que assumíssemos uma vogal, destacando que isto seria acompanhado de uma "profissionalização". A bancada da AE informou que tampouco faria isto. Caracterizado o impasse, não houve votação a respeito, ficando indicado que numa próxima reunião a comissão executiva discutiria o que fazer. As alternativas são: que o DN nomeie um titular de outra tendência para a secretaria de mobilização; que o DN nomeie um titular de outra tendência para ocupar a vaga da AE na CEN; que o DN proponha que a AE assuma outra tarefa na executiva nacional, por exemplo uma vice-presidência ou outra secretaria.

Em seguida ao debate sobre o lugar da AE na executiva, ocorreu o debate sobre o cumprimento da paridade na CEN. A secretária de organização Gleide Andrade apresentou uma composição 6x5, ou seja, 6 homens e 5 mulheres (portanto, excluindo da contabilidade os 5 vices homens); e com as secretárias adjuntas sendo ocupadas na proporção 5x6, ou seja 5 homens e 6 mulheres. Desta forma, no entendimento de Gleide, a paridade seria contemplada: 6 titulares e 5 adjuntos, 5 titulares e 6 adjuntas, sempre não contabilizando os vices.

Coube à Articulação de Esquerda defender que a paridade teria que incluir os 5 vices (que atualmente são todos homens), pois estes têm função específica, e por isto a distribuição de cargos deveria ser 8x8 (sem considerar os adjuntos e adjuntas, cuja distribuição poderia ser discutida em seguida), considerando na conta portanto as vices e secretarias titulares. A secretária Gleide insistiu que o estatuto não prevê paridade nas vices e que, portanto, a CEN estaria paritária. Neste momento da discussão, a chapa Muda PT apresentou uma resolução no sentido de que existe uma lacuna no estatuto sobre a inclusão das vices no cálculo da paridade, e propôs que fosse remetida para o próximo encontro nacional do PT a questão da inclusão no estatuto da paridade nas vices.

A mesa acolheu a proposta do Muda PT, que foi consenso; e em seguida colocou em votação as propostas 8x8 (Articulação de Esquerda) versus a defendida por Gleide (manter como está, 6x5 e 5x6). Apenas o deputado estadual Rogério Correia, a bancada da AE e a bancada da tendência Militância Socialista (ou seja, Renato Simões e Maristela Matos) votaram na proposta da paridade 8x8. As demais tendências votaram na proposta apresentada por Gleide.

Nesta questão, foi surpreendente a atitude do Muda PT, especialmente da Mensagem ao Partido e particularmente da tendência Democracia Socialista, que sempre defendeu a paridade e que nos encontros setoriais estaduais de mulheres petistas apoiou manifestos em favor da paridade 8x8. Mas na reunião, nem um único integrante da DS votou em favor da paridade; nem mesmo praticaram a abstenção. Esta atitude levou as mulheres da AE a decidir lançar chapa própria no encontro setorial nacional de mulheres do PT.

Sobre o debate de conjuntura, foram a voto duas posições: uma apresentada pela Articulação de Esquerda e outra apresentada pelo companheiro Luís Dulci, reunindo contribuições das demais tendências presentes ao DN. O texto aprovado (que reproduzimos parcialmente abaixo) é excessivamente descritivo, carecendo do necessário "centro da tática". Causa espécie, em particular, o frágil "tratamento" dado às graves ameaças de golpe militar. Em síntese, é uma resolução que revela as debilidades e carências da atual direção partidária.

Por fim, merece destaque o fato do Diretório Nacional ter aprovado por consenso uma resolução determinando a suspensão imediata de Antonio Palocci pelo prazo de 60 dias, enquanto corria a comissão de ética. Mas não haverá julgamento. Logo após o DN, o "italiano" se desfiliou. ★

Carta para a companheira Gleisi e aos companheiras e companheiros do Diretório Nacional do PT

A reunião do DN do PT, dias 21 e 22 de setembro, terá que debater e deliberar sobre um conjunto de temas, entre os quais nossa tática frente à conjuntura nacional.

A respeito destes temas, a tendência petista Articulação de Esquerda formulou um projeto de resolução intitulado "Eleição sem Lula é fraude"; e outro projeto de resolução defendendo a expulsão de Antonio Palocci.

Esperamos, também, que esta próxima reunião do DN conclua a polêmica sobre a composição da comissão executiva nacional do PT.

Reafirmamos o que dissemos seguidas vezes:

a) é importante pacificar a composição da CEN;

b) esta pacificação passa em primeiro lugar pela adoção da paridade, que significa 8 cargos ocupados por mulheres e 8 cargos ocupados por homens, com igual número de vogais homens e mulheres;

c) da nossa parte, pretendemos continuar participando tanto na CEN quanto na diretoria da FPA, espaços que correspondem não apenas ao nosso peso, mas também à nossa efetiva contribuição, desde há muitos anos, em ambos espaços;

d) achamos que a composição da CEN deveria ter sido discutida de outra maneira.

Se assim tivesse sido, teríamos explicado por quais motivos -- em nossa opinião -- a Secretaria Nacional de Mobilização é incapaz de cumprir o papel que está no seu título.

Temos uma avaliação muito crítica e dura sobre o desempenho desta secretaria, desde que foi criada. E reiteramos que não estamos dispostos a, em troca de algumas profissionalizações, assumir esta tarefa.

Aliás, achamos que a SNMobilização deveria ser extinta, pois nunca foi, não é e nunca será através dela que serão organizadas as mobilizações de que tanto precisamos.

Reiteramos nossa disposição de contribuir com a CEN, mas em outra tarefa.

Existindo uma tarefa que justifique isto – como é o caso da formação, dos assuntos institucionais ou de uma vice-presidência -- formalizamos nossa disposição de incorporar ao DN e indicar para a CEN a companheira Iriny Lopes.

Caso durante a reunião do DN não seja possível construir esta ou outra alternativa, caso a única tarefa que a instância nos proponha seja a referida SNMobilização, debateremos e decidiremos, ainda durante a reunião, entre duas alternativas: permanecer na CEN na condição de vogal ou deixar vaga nossa cadeira na CEN.

Neste cenário negativo, qualquer que seja a nossa decisão (permanecer como vogal ou deixar vaga nossa cadeira), seguiremos contribuindo com todas as demais tarefas que temos no Partido, em todos os níveis.

Entretanto, esperamos que se construa uma solução e, também, que se cumpra a paridade.

Saudações petistas

A direção nacional da AE

13 de setembro de 2017

Trechos da resolução aprovada pelo Diretório Nacional do PT

– A profunda crise que o Brasil vive não pode ser desvinculada dos graves conflitos que ocorrem no cenário continental e global. A busca, pelos EUA e outras potências hegemônicas, de uma saída para a sua própria crise econômica, não resolvida desde 2007/08, se desdobra em uma crise de dominação política, com agressões que põem seriamente em risco a paz e a segurança dos povos. Na América Latina, um dos mais graves aspectos da ofensiva conservadora é o ataque aberto do governo Trump à soberania da Venezuela, com a cumplicidade do governo Temer e outros governos subordinados, que se recusam a reconhecer a legitimidade de instituições democraticamente eleitas como a Assembleia Constituinte e o direito do povo venezuelano à autodeterminação. Em toda a América Latina os partidos progressistas e os movimentos populares lutam pelas mesmas causas: democracia, soberania e justiça social e não se deixam abater.

– No Brasil, o governo golpista de Michel Temer, que envergonha o país com evidências de corrupção do presidente e de seus colaboradores, com gravações comprometedoras e malas de dinheiro, segue implementando o mais perverso programa antinacional e antipopular de que se tem notícia desde o fim da ditadura.

Cassação de direitos trabalhistas essenciais e violenta precarização do trabalho; desmonte de políticas públicas construídas pelos governos petistas que tinham colocado nosso país na vanguarda mundial do combate à fome e à pobreza; ameaça de uma reforma da previdência que na prática rouba de milhões de brasileiros e brasileiras o direito de se aposentar; criminosa privatização e desnacionalização do Pré-Sal e não menos criminosa tentativa de privatizar o setor elétrico e de infraestrutura; esvaziamento deliberado dos bancos públicos – Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e BNDES – em favor do capital financeiro privado e contra os setores produtivos brasileiros; estrangulamento orçamentário das universidades federais; extinção de estratégicas reservas ambientais na Amazônia para favorecer as mineradoras e o capital estrangeiro; assassinatos impunes de líderes indígenas, camponeses e quilombolas: esse é o cenário que sufoca o país e faz de Temer, em todas as pesquisas de opinião, o Presidente mais desmoralizado e rejeitado da nossa história. Se há algo que unifica os mais diversos segmentos da população brasileira hoje é justamente o clamor de “ Fora Temer”. Nesse sentido, o Diretório Nacional orienta nossa bancada a denunciar o governo ilegítimo e votar pela aceitação das denúncias contra Temer e pelo seu afastamento imediato. Devemos apoiar e participar de todas as manifestações pelo fim desse governo de desastre nacional.

– A crise de credibilidade das instituições – Executivo, Congresso Nacional e Judiciário –, confirmada em todas as pesquisas de opinião, é consequência do golpe que rasgou a Constituição e da resistência democrática e popular às políticas de regressão históricas. O povo não vê nelas a resposta que busca para seus anseios de bem-estar e justiça social, e, ao contrário, vê as instituições cada vez mais cúmplices, desde o impeachment da presidente Dilma e com a perseguição ao presidente Lula, de uma manipulação por interesses espúrios, antipopulares e antinacionais, os mesmos que estão quebrando setores inteiros da economia e impondo à população sacrifícios sem fim. A crise política e moral das instituições só será resolvida pelo voto popular soberano. Apenas um novo governo, legitimamente eleito, poderá liderar o processo de reforma do Estado, cada vez mais necessário, inclusive para enfrentar os beneficiários do atual sistema que se lançam como enganosa alternativa antidemocrática. A solução para a crise começa pelas eleições diretas e passa também, como deliberou o 6º Congresso do PT, por “adotar medidas de emergência que encadeiem reformas estruturais, que só um governo Lula pode conduzir, e que enfrentem a crise do ponto de vista das classes trabalhadoras; é necessária a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte que revogue as medidas antipopulares e antinacionais de Temer, reforme as instituições, realize a reforma tributária, a democratização dos meios de comunicação, a reforma agrária, com preservação ecológica, a reforma urbana e a proteção ambiental, a reforma do Judiciário, e assegure e amplie a oferta de empregos e a qualidade dos direitos sociais”. O PT se opõe firmemente aos saudosos da ditadura, sejam militares ou civis, que pregam saídas autoritárias, antidemocráticas e inconstitucionais para a crise atual. Junto com as diversas forças democráticas do país, reafirmamos que as Forças Armadas têm um papel constitucional definido, e devem estar preparadas e equipadas para cumpri-lo, defendendo nossa integridade territorial e a soberania do país.

– Denunciamos e repudiamos a escalada de preconceito e obscurantismo que se manifesta na censura a obras de arte, ameaças a exposições, proibição de manifestações LGBT, prisão arbitrária de artistas, violência contra jovens e mulheres, patologização da homossexualidade, enquanto se faz vista grossa para assassinatos de lideranças no campo e o contínuo genocídio da juventude negra nas periferias e favelas do país.

– O Partido dos Trabalhadores reafirma a opção irrevogável pela candidatura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais de 2018. Não há dúvida de que eleição sem Lula é fraude! O ataque a Lula configura um ataque à democracia brasileira, especialmente, ao direito inviolável de escolha da cidadã e do cidadão. As espetaculares manifestações de apoio popular à caravana Lula Pelo Brasil, em sua passagem pelo nordeste, confirmam o que as pesquisas já indicavam: Lula é a única liderança política capaz de mobilizar a esperança do povo na retomada da democracia, do desenvolvimento e das conquistas sociais.

Lula presidente é a resposta do PT e do povo brasileiro ao golpe do impeachment, à revogação dos direitos dos trabalhadores, ao desmonte das políticas sociais, à criminosa entrega das empresas públicas e riquezas nacionais. Lula é inocente de todas as acusações urdidas pela mídia e manipuladas por setores do sistema judicial, que afrontam o estado de direito numa campanha de perseguição política e pessoal jamais vista na História do Brasil. As armações processuais, a parcialidade do juízo, o desrespeito ao direito de defesa, as falsas delações negociadas nas celas de Curitiba; nada disso tem valor jurídico para condenar, sem provas, um homem que sempre agiu dentro da lei A censura imposta pela Rede Globo às multidões que apoiam Lula em manifestações de solidariedade e confiança, as horas e horas de notícias falsas contra ele não mudam a realidade: Lula está na memória e no coração do povo brasileiro como o melhor presidente de todos os tempos, e como aquele que pode fazer o país voltar a crescer com justiça social, em benefício do conjunto da população.

Quanto mais percebem a força de Lula, mais tentam negá-la. Não é a primeira vez que proclamam o seu fim, como vêm fazendo após as falsas acusações de Antônio Palocci. Já decretaram a morte política de Lula nas eleições que ele perdeu, na farsa política do mensalão, no golpe do impeachment, nas delações mentirosas de Delcídio do Amaral e de empresários presos. E sempre erraram. E mais uma vez os setores antipopulares e sua mídia lançam sombras sobre o processo eleitoral, especulando descaradamente a respeito de impedimentos artificiais à participação de Lula, o que só confirma o medo que têm do voto popular. Mas a cada dia que passa a candidatura de Lula vem se mostrando um fato irreversível, porque nasce de baixo, da vontade do povo, do Brasil profundo que seu governo transformou num país melhor e mais justo.

– Além da participação nas mobilizações unitárias já mencionadas, o Diretório Nacional resolve também:

Organizar a Caravana do presidente Lula no Estado de Minas Gerais, no período de 23 a 30 de outubro;

Organizar a Visita de Lula à Reserva Nacional de Cobre e Associados (RENCA) e o Ato em Defesa da Amazônia;

Intensificar a divulgação nacional e internacional da campanha “Lula é Inocente”;

Fortalecer os Encontros Setoriais e a Campanha Nacional de Filiação;

Apoiar a Campanha de Assinaturas da CUT pelo Projeto de Lei de Iniciativa Popular para anular os efeitos da Reforma Trabalhista

Apoiar a Ocupação Povo Sem Medo em São Bernardo do Campo e organizar atividades de solidariedade concreta à ocupação;

São Paulo, 22 de setembro de 2017

Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores ★

Qualquer semelhança, não é mera coincidência

Keiji Kanashiro

A partir do golpe, esse governo ilegítimo, sem apoio popular, subordinado aos interesses do capital nacional e internacional, tenta impor a agenda neoliberal, derrotada nas urnas pelo PT nas últimas quatro eleições presidenciais. Inicia-se um processo de desmonte do Estado, comprometendo a Soberania Nacional com a entrega das nossas riquezas naturais, e a retirada de direito dos trabalhadores e a extinção dos programas sociais implantados nos governos do PT.

A gestão dos transportes de um país tem reflexo direto na sua atividade econômica e na qualidade de vida de sua população. No início do século passado, durante o processo inicial da industrialização do país, os trabalhadores normalmente moravam em vilas e conjuntos habitacionais, próximo às fabricas e não necessitavam de transporte para seus deslocamentos diários, dos locais de moradia para seu trabalho. Vale lembrar também que à época, os trabalhadores apesar de cumprir uma jornada de trabalho intensa de doze ou mais horas diárias, ainda tinham condições melhores de convívio familiar e lazer. Foram necessárias muitas batalhas para que os trabalhadores conseguissem uma jornada de oito horas. Porém, a falta de planejamento urbano e a especulação imobiliária, principalmente nos grandes centros urbanos, empurram os trabalhadores para locais de moradia bem distante dos seus locais de trabalho, anulando o ganho conquistado com a redução da jornada de trabalho. Hoje é comum, os trabalhadores perderem três ou mais horas nos seus deslocamentos diários, com um agravante que estas horas adicionais não são remuneradas.

Foto Ivan Bueno

Após a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2011, da Deputada Federal Luiza Erundina, o direito ao transporte público de qualidade se relaciona aos mais diversos direitos que são assegurados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e pela própria Constituição Federal de 1988. O direito ao transporte é chamado de direito-meio porque ele influencia e condiciona o acesso aos demais direitos, se constituindo em um elemento de vital importância para assegurar as condições necessárias para uma vida digna. Para um cidadão ter acesso à rede pública de saúde, por exemplo, ele precisará utilizar algum meio de transporte. O mesmo se aplica ao acesso à educação, centros culturais e de lazer, liberdade de ir e vir, local de trabalho, e tantos outros direitos que necessitam de deslocamento para serem exercidos e usufruídos.

Com a eleição de Fernando Collor o governo federal, pautado pelo Consenso de Washington, inicia o desmonte da gestão dos transportes no Brasil. Conhecido também como neoliberalismo era a política que o governo dos Estados Unidos preconizava para a crise econômica dos países da América Latina.

Pregava que o funcionamento da economia deveria ser entregue às leis de mercado; a abertura da economia por meio da liberalização financeira e comercial e de eliminação de barreiras aos investimentos estrangeiros; amplas privatizações; a redução de subsídios e gastos sociais por parte dos governos; e a desregulamentação do mercado de trabalho, para permitir novas formas de contratação que reduzam os custos das empresas. Este período é também marcado por modificações na estrutura de estado, onde o destaque foi à concentração na chamada “Área Econômica do Governo” das decisões sobre o planejamento e gestão dos recursos associados ao desempenho das atribuições dos órgãos executores, e o Ministério dos Transportes passa a ter um papel subsidiário na questão do planejamento e gestão da infraestrutura dos transportes.

Ainda que a administração FHC tenha retomada a prática da elaboração de planos plurianuais “Brasil em Ação” e “Avança Brasil”, pouco se avançou na execução das obras relacionadas nesses programas, em função ao forte contingenciamento orçamentário, definido pelas regras do FMI que condicionava os investimentos em infraestrutura às folgas do superávit primário, que por sua vez era afetado pelas crises na economia mundial globalizada.

A ação do Estado passa promover a descentralização de atividades exercidas por órgãos e empresas públicas para o setor privado e para as esferas estaduais e municipais e a mudança do foco da atuação governamental das atividades de produção de bens e serviços para o desempenho de funções regulatórias. Em 2002, no último ano do governo FHC, através da Lei 10.233, de 2001, extingue o GEIPOT, DNER, a RFSA e cria o DNIT, a ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres e a ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviário.

Quando o PT assume o governo federal em 2003, define como prioridade o combate à fome e a solução dos problemas da economia do país, deixadas pelos governos anteriores. Nos Transportes, mesmo sem ser a prioridade do governo muito se avançou nestes doze anos.

O primeiro avanço foi na reorganização dos órgãos e instituições do setor. A criação do Ministério das Cidades que se-

para o transporte como indutor da qualidade de vida da população, dos transportes como fator de desenvolvimento econômico, tarefa esta do Ministério dos Transportes; a criação da Secretaria de Portos, que de certa forma supre a ausência de um órgão responsável para cuidar do transporte aquaviário, uma vez que a PORTOBRÁS havia sido extinta no governo Collor; a criação da Secretaria da Aviação Civil, mudando o conceito da Aviação Civil como assunto de segurança nacional e os aeroportos deixam de se vistos como base de operação militar e passam a ser planejados como locais de transferência de pessoas e mercadorias; a reformulação do papel da VALEC - estatal sobrevivente do processo de privatização da Companhia Vale do Rio Doce, que assume a missão de construir a Ferrovia Norte Sul e passa a ter uma função estratégica no resgate da infraestrutura de transportes ferroviário no país, preenchendo o vácuo deixado com a extinção da Rede Ferroviária Federal; a criação da EPL – Empresa de Planejamento e Logística S/A, o estado brasileiro aumenta seu papel articulador, de planejamento, de formulação de políticas e de efetiva gestão dos assuntos de transportes, definindo uma nova modelagem para concessões de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos.

Mas o grande avanço do governo do PT nestes anos, e a grande diferença quando comparamos aos governos neoliberais, foi sem dúvida a criação do PPI - Programa Piloto de Investimento, que antecedeu o PAC, cuja importância maior foi retirar determinados investimentos em infraestrutura da contabilidade do superávit primário, rompendo de vez com a tutela do FMI na gestão da infraestrutura do país e da política neoliberal imposta até então pelo Consenso de Washington. Houve avanços, mas será possível um salto de qualidade em um eventual novo governo do PT. Temos que mostrar os avanços que os transportes tiveram nos governos de Lula e Dilma, e avançar para que o transporte cumpra o seu papel social, e não seja apenas uma forma de acumulação de capital, que privilegie apenas os grandes empresários, fazendo que o Brasil volte a ser apenas um exportador de produtos primários.

A democratização dos Fóruns de Decisão e Controle Social da Política de Transportes, nas três instâncias de governo, criando mecanismos que garantam a completa transparência de informações relativas à infraestrutura, oferta e demandam planos e projetos, custos, orçamentos e tudo o mais que diga respeito aos transportes, mobilidade e logística.

Foto Rovena Rosa

> "A mobilidade é hoje um direito fundamental e os direitos sociais focados em habitação, saúde e educação não podem ser garantidos sem que a mobilidade também o seja"

A inclusão da Mobilidade de Urbana na Agenda Política Principal de Governo. A Mobilidade é hoje um direito fundamental e os direitos sociais focados em habitação, saúde e educação não podem ser garantidos sem que a mobilidade também o seja. Construir pactos sociais em torno de projetos que atendam interesse de amplas camadas, das mais carentes a investidores de porte.

A promoção de um amplo debate sobre a inclusão dos beneficiados indiretos na partilha dos custos de transportes; os planos, projetos e estudos de viabilidade de obras e serviços de infraestrutura deverão ter como critério fundamental a apropriação pelo povo brasileiro em especial pelos mais pobres, dos ganhos decorrentes do aumento da eficiência e da produtividade das cadeias logísticas, dos serviços e das obras de infraestrutura.

Fazer da infraestrutura de transportes o eixo de uma política de parcerias integradas ao contexto econômico e social do território, articulando a rede viária e demais infraestruturas nos planos físico, tecnológico, operacional e institucional. Em especial como um suporte ao desenvolvimento das atividades produtoras locais e comunitárias.

Acredito que seja este o caminho a seguir. Temos que assegurar o desenvolvimento de políticas públicas, tendo por foco a geração de empregos e a proteção ambiental. Com isso, garante-se que o transporte não seja um fim em si mesmo, mas uma forma de levar democracia e cidadania, considerando peculiaridades e potenciais das diversas regiões do país.★

Keiji Kanashiro é militante do PT

Resistir, anular e reverter o golpe

Em reunião da direção nacional da CUT realizada em Florianópolis, no dia 6 de dezembro de 2016, frente ao agravamento da crise econômica, a crescente instabilidade política no país, a derrota sofrida com o impeachment da presidenta Dilma e a intensificação dos ataques do governo golpista aos direitos do povo e da classe trabalhadora brasileira, a CUT decidiu organizar um congresso político tendo como objetivos analisar a Conjuntura, atualizar a Estratégia da Central e o Plano de Lutas até o final do mandato da atual direção em 2019.

Jandyra Uehara Alves

O primeiro semestre de 2017 foi marcado pela intensificação das lutas populares e do movimento sindical, abrindo alas o maior 8 de março dos últimos anos com milhares de mulheres nas ruas reivindicando as pautas feministas, potencializadas pela luta contra a antirreforma da previdência.

As manifestações dos dias 15 e de 30 de março, que contaram com a participação expressiva de movimentos populares unificados pela Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo, culminaram com a maior greve geral do país no dia 28 de abril, com mais de 40 milhões de trabalhadores parados. Ainda em maio, o Ocupa Brasília levou cerca **de 200 mil** trabalhadores e trabalhadoras, recebidos com forte violência e repressão policial, chegando o governo golpista de Temer a convocar as forças armadas para intimidar e reprimir os manifestantes.

O 30 de junho, que encerrou as lutas do primeiro semestre, trouxe a público as diferentes posições das Centrais sindicais em relação à luta contra o golpe e as antirreformas. A maioria das Centrais, com evidente intuito de negociação com o governo golpista, buscou a **via do acordo**, abrindo mão da defesa dos direitos trabalhistas em favor da manutenção do imposto sindical. Em meio a uma menor mobilização classe trabalhadora e das principais categorias, boicotes e hesitações das direções **sindicais, inclusive entre cutistas,** a greve de 30 de junho não teve a unidade, a organização **e a mobilização** que foram fundamentais para o êxito do 28 de abril.

> "Não basta tirar Temer e aceitar outro presidente eleito por via indireta pelo atual Congresso. A CUT não aceita nada que não seja dar a palavra ao povo soberano para decidir os rumos da nação, por isso é pelas "Diretas Já""

Durante todo o primeiro semestre, concomitante a um período intenso de lutas e mobilizações, a CUT realizou assembleias nos sindicatos de base que debateram a pauta do Congresso**. Por sua vez,** as etapas estaduais aprovaram mais de duas centenas de emendas ao tema da Estratégia (leia-se tática) e do Plano de Lutas.

De 28 a 31 de agosto, aconteceu em São Paulo o Congresso Extraordinário da CUT, onde foi aprovado um conjunto de Resoluções, das quais destacamos três: a) Nenhum direito a menos: não à antirreforma trabalhista; b) Sobre a antirreforma da Previdência - "Se botar pra votar, o Brasil vai parar"; e c) Eleição sem Lula é fraude.

Em relação à Campanha pela Anulação da Reforma Trabalhista – cujo principal instrumento de agitação e conscientização sobre os impactos da antirreforma é a coleta de **1,5 milhão de** assinaturas para um Projeto de Iniciativa Popular para a revogação da Reforma Trabalhista e da Terceirização – a CUT orienta duas frentes de atuação**:** as ruas e os locais de trabalho, colocando como meta mínima para cada sindicato cutista um número de assinaturas igual a 50% do total de filiados/as.

Um grande ato em Brasília, no dia 9 de novembro, às vésperas do início da vigência da antirreforma, deverá marcar a entrega do Projeto de Iniciativa Popular no Congresso Nacional.

Além da Campanha, outras ações importantes como as denúncias internacionais quanto aos impactos da antirreforma trabalhista na violação dos direitos humanos e das convenções da OIT, orientações de resistência frente à precarização dos contratos de trabalho, ações para o fortalecimento

Foto Roberto Parizotti

da organização sindical e para uma política de autossustentação financeira para fortalecer a luta sindical cutista também foram objeto de importantes deliberações.

A resolução "Se botar pra votar, o Brasil vai parar" orienta a organização da GREVE GERAL para barrar a antirreforma da previdência quando o tema for retomado no Congresso Nacional, articulando com as ações de resistência pela manutenção de direitos e contra a **antirreforma** trabalhista.

O centro da tática para o próximo período, no texto **"**Estratégia de Curto Prazo**"**, é derrotar o golpe, restabelecer a democracia e revogar as medidas antipopulares de Temer:

"Não basta tirar Temer e aceitar outro presidente eleito por via indireta pelo atual Congresso. A CUT não aceita nada que não seja dar a palavra ao povo soberano para decidir os rumos da nação, por isso é pelas "Diretas Já". A CUT chama ao boicote do Colégio Eleitoral da eleição indireta e apoia os parlamentares que decidam não participar dessa legitimação do "golpe dentro do golpe" para que continuem as contrarreformas trabalhista e previdenciária. A CUT se posiciona contra as antirreformas trabalhistas e previdenciárias, e a favor da constituinte soberana. A CUT afirma, diante desse atual Congresso corrupto, golpista e reacionário, que é preciso uma Constituinte soberana que anule as medidas tomadas pelo governo golpista contra os interesses da nação e os direitos da classe trabalhadora e que abra a via para as reformas populares (política, agrária, urbana, tributária, democratização da mídia etc.) e restabeleça a democracia."

> "A luta segue. Nenhum Direito a Menos! Fora Temer! Diretas já! Eleição sem Lula é fraude! "Diretas Já""

E na Resolução "Eleição sem Lula é Fraude", que trata da saída política para a situação atual, a CUT aprovou o seguinte posicionamento:

"Por isso, segue comprometida com a luta pelo Fora Temer e Diretas Já! É preciso dar a palavra imediatamente ao povo soberano, com antecipação das eleições e uma Constituinte que anule todas as medidas antinacionais e contrárias ao povo trabalhador já adotadas pelo Congresso servil, abrindo a via para as reformas populares necessárias.

A movimentação parlamentar para deturpar ainda mais o sistema político brasileiro se soma à perseguição judicial que vem sendo empreendida, sem trégua, contra o ex-presidente Lula. Querem por um lado impedir Lula, favorito em todas as pesquisas e cenários de disputa, de ser candidato e, por outro, impedi-lo de governar, caso eleito.

Nossa central não pode se furtar de incidir nessa disputa política, que já corre a pleno vapor no país. Defendemos uma candidatura presidencial que tenha o maior compromisso com nosso projeto de país e a maior identidade com a classe trabalhadora.

Esse Congresso Extraordinário e Exclusivo decide apoiar e engajar-se na campanha do único candidato que reúne, efetivamente, as condições e o compromisso com um futuro decente para a classe trabalhadora, que é Luis Inácio Lula da Silva."

A luta segue. Nenhum Direito a Menos! Fora Temer! Diretas já! Eleição sem Lula é fraude! ★

Jandyra Uehara Alves integra a Executiva da CUT

Campanha Nacional pela anulação da reforma trabalhista

Orientação da CUT para a Campanha Nacional pela anulação da reforma trabalhista: processo de coleta de assinaturas nas bases sindicais das CUTs estaduais.

1. As Estaduais deverão organizar, articular, orientar e garantir que os/as dirigentes dos sindicatos realizem visitas aos locais de trabalho para dialogar com os/as trabalhadores/as sobre a contrarreforma trabalhista, a terceirização, os impactos de ambas as medidas na vida da classe trabalhadora, a Campanha e recolher as assinaturas necessárias para o nosso Projeto de Lei de Iniciativa Popular. Em anexo, reenviamos a resolução aprovada no CONCUT "Nenhum direito a menos! Não a Contrarreforma Trabalhista". Este documento pode subsidiar os debates/diálogos com a classe trabalhadora.

2. A direção da CUT Estadual deverá traçar uma estratégia organizativa de modo que cada dirigente fique responsável por visitar, orientar e acompanhar a coleta de assinaturas em um determinado número de sindicatos. Neste sentido as Estaduais poderão potencializar a Campanha a partir da sua organização por regionais, subsedes, cidades polos etc., de forma a garantir que todos os sindicatos e dirigentes sejam envolvidos nesta ação.

3. A Estadual deverá orientar os seus sindicatos para que o mesmo processo seja feito em sua diretoria, garantido que dirigentes liberados e representantes sindicais se organizem para que os locais de trabalho sejam visitados, que os/as dirigentes organizem os comitês, realizem plantões, assembleias e reuniões para conversar com os/as trabalhadores/as sobre a contrarreforma trabalhista, a terceirização, os impactos de ambas as medidas na vida da classe trabalhadora, a Campanha e recolher as assinaturas necessárias para o nosso Projeto de Lei de Iniciativa Popular.

4. Será fundamental que os/as dirigentes, nos contatos com os/as trabalhadores/as, orientem sobre a necessidade do número do título de eleitor para garantir que as assinaturas sejam efetivamente validadas na Câmara Federal e avisem com antecedência sobre os dias de coleta das assinaturas.

5. É importante informar o/a trabalhador/a de que a sua assinatura só deve ser feita no formulário referente ao município, no qual ele/ela vote, mesmo que o seu endereço informado seja diferente. Por exemplo, o/a trabalhador/a reside em Brasília, mas vota em Goiânia/GO e é abordado/a pela Campanha em Brasília. Portanto, deve o/a trabalhador/a assinar o formulário que indique Goiânia como município, e informar o endereço residencial de Brasília.

6. Cada Estadual deverá ter uma Coordenação Operativa que será responsável pela execução, monitoramento constante da Campanha e recebimento dos formulários com as assinaturas tanto da Campanha nas ruas em parceria com os movimentos sociais, quanto da Campanha nos locais de trabalho sob nossa responsabilidade. Esses formulários preenchidos e assinados devem ser separados em dois blocos.

7. Cada Coordenação Operativa deverá estabelecer o número de assinaturas a ser entregue por cada entidade sindical a partir da meta estabelecida pelo nosso Congresso, 50% do total de filiados/as. De posse dessas metas agregadas chega-se a meta do município ou região e pode ser feito um trabalho coletivo de coleta de assinaturas. A Coordenação poderá, portanto, mensurar objetivamente a evolução do trabalho em cada município e região.

8. Cada Coordenação Operativa deve recolher os formulários com as assinaturas periodicamente, não deixando para a última hora. Além disso, nos casos onde os formulários oriundos dos locais de trabalho, portanto, de nossa responsabilidade, preenchidos e assinados sem o número do título de eleitor, a Coordenação Operativa ficará encarregada de pesquisar o número do título de eleitor através do nome completo e da data de nascimento que o/a trabalhador/a informou no formulário através do link http://www.tse.jus.br/eleitor/servicos/situacao-eleitoral/consulta-por-nome.

9. As Coordenações Operativas deverão ser informadas à Secretaria Geral da CUT Nacional no email cut@cut.org.br, com o nome de um/a responsável para contato direto, além da matriz de metas.

10. As Coordenações Operativas devem enviar até o dia 05 de outubro para a Secretaria Geral da CUT Nacional, através do email cut@cut.org.br, um primeiro balanço da contagem das assinaturas da Campanha, e posteriormente, até o dia 17 de outubro, um segundo balanço, para avaliação na reunião da Direção Executiva da CUT Nacional que ocorrerá no dia 18 de outubro. O objetivo é analisar se conseguiremos o número mínimo de assinaturas para o Projeto de Lei de Iniciativa Popular (1,3 milhão) até o dia 09 de novembro.

11. As CUTs Estaduais deverão levar os formulários preenchidos, assinados e conferidos da Campanha para o ato do dia 09 de novembro em Brasília, quando será entregue o nosso Projeto de Lei de Iniciativa Popular com as assinaturas necessárias à Câmara Federal. Posteriormente serão enviadas maiores informações sobre a atividade em Brasília.

UNE em defesa da educação pública

João Luís Lemos

A União Nacional dos Estudantes reuniu sua diretoria plena nos dias 23 e 24 de setembro, para o Seminário de Gestão 2017-19. Aos 80 anos da entidade, a atual diretoria da UNE assume a tarefa de conduzir a entidade máxima do movimento estudantil brasileiro num período de fortes ataques contra a educação e os direitos das e dos estudantes. A implementação pelo governo golpista do programa "Pontes para o futuro", radicalmente neoliberal, vem destruindo a soberania nacional e desmontando de modo estrutural os direitos sociais, particularmente a educação.

Foto Elza Fiúza

Neste sentido, a UNE e o movimento estudantil como um todo devem se armar politicamente para enfrentar os desafios desse momento. Primeiro, é preciso contribuir numa oposição radical a Temer e aos golpistas, apostando na mobilização das e dos estudantes em defesa dos direitos e da educação. Para ampliar nossa capacidade de luta, será necessária forte unidade na ação entre a esquerda e os setores populares. Porém, esta unidade não passa por setores que apoiaram o golpe e aprovam suas medidas anti-povo, como o grande empresariado, partidos de direita e setores do Alto Comando das Forças Armadas, ao contrário do que a força majoritária na UNE parece acreditar.

Além disso, a UNE deve ser firme contra a ascensão da criminalização de movimentos, militantes e lideranças populares, na qual a própria UNE é alvo constante de ataques. Nesse cenário, há uma ofensiva via Operação Lava-Jato para criminalizar o ex-presidente Lula diante da força social e eleitoral que congrega. Sobre isto, é preciso que a UNE se coloque contra esta perseguição e se some na campanha Eleição Sem Lula é Fraude!

A UNE também deve ser capaz de, ao mesmo tempo em que fazemos forte resistência em defesa dos direitos, organizar um amplo debate com os estudantes sobre o acúmulo de um programa democrático e popular para a educação e para o Brasil. Os impactos da Emenda Constitucional 95 (anteriormente PEC 55) já começam a ser sentidos nas universidades, com fortes cortes orçamentários, e vão se aprofundar nos próximos tempos. É preciso apresentar alternativa ao desmonte e privatização que vem sendo realizado pelos golpistas e a UNE deve, em conjunto com as demais entidades nacionais da educação, contribuir neste debate.

Assim, a aprovação no Seminário de Gestão da UNE de uma grande ***Campanha em Defesa da Universidade Pública*** ganha grande relevância. Os bruscos cortes orçamentários, a inviabilização do funcionamento das Instituições de Ensino Superior - como o caso da UERJ - e o ressurgimento de propostas de cobrança de mensalidades nas universidades públicas demonstram que o projeto de destruição da educação pública está a pleno vapor. Nesta campanha, deve ser prioridade da UNE a defesa das políticas de assistência estudantil, fundamentais para a permanência de estudantes trabalhadores, mulheres, negras e negros, LGBTs, indígenas e quilombolas nas universidades.

Para dar conta de todas estas lutas, a UNE precisa se reconectar com a base de milhões de estudantes no país. Em cada universidade, em cada sala de aula, em cada centro acadêmico, a UNE deve centrar seus esforços para dialogar com os estudantes e retomar sua força e capacidade de mobilização.

Neste espírito, a concretização de uma Caravana da UNE que tomará as universidades do país em defesa da educação pública cumprirá papel fundamental, assim como a realização do EME (Encontro de Mulheres Estudantes), do ENUNE (Encontro de Estudantes Negras e Negros), o Encontro LGBT da UNE e a Bienal de Cultura e Arte. Contudo, como forma de ampliar a capacidade de enraizamento e vínculo da UNE com a rede do movimento estudantil, é fundamental que esta gestão priorize e realize o Conselho de Entidades de Base (CONEB), mobilizando milhares de CAs, DAs e outros que fazem a força cotidiana do movimento estudantil.

Queremos mais muitas décadas de existência da UNE. Para isso, a gestão que se inicia está convocada a fazer uma UNE de luta e democrática, construída pelos estudantes com suas próprias mãos! ★

João Luís Lemos é diretor da UNE

Luta saúde!

Página 13 publica abaixo o texto de apresentação do companheiro Carlos Ocké, candidato à coordenador do Setorial Nacional de Saúde do PT e da chapa Luta Saúde, em defesa da democracia, dos direitos sociais e do Partido dos Trabalhadores

De acordo com as resoluções do partido, os setoriais são instâncias partidárias, que organizam os filiados e filiadas, com três finalidades básicas:

i) organizar a militância petista nos movimentos sociais que participam;

ii) incentivar a participação de tais militantes na elaboração das políticas, orientando programaticamente nossa ação institucional;

iii) subsidiar a direção do partido nas suas relações com os movimentos sociais, os parlamentares e governos petistas.

Nesse sentido, os setoriais devem cumprir um conjunto de tarefas específicas, tais como:

i) mapear a ação de petistas nos movimentos sociais;

ii) filiar ao partido os militantes sociais;

iii) incorporar tais militantes aos núcleos de base, sem descuidar da formação política;

iv) realizar cursos, oficinas e seminários para a militância petista dos movimentos sociais;

v) fazer plenárias setoriais, atualizando a política do partido no setor;

vi) posicionar a direção do PT diante dos movimentos sociais;

vii) criar fóruns de debate virtual, tornando transparente a circulação de informações e de documentos junto à militância;

viii) assumir função mediadora no conflito entre os petistas dos movimentos sociais e das instituições no estado, respeitando-se a autonomia "relativa" dos envolvidos.

Na atual conjuntura histórica, um enorme desafio está colocado para os setoriais do PT, no que se refere a organização e a orientação da atuação dos petistas nos movimentos sociais, visando a articulação e a mobilização do movimento de massas para enfrentar o campo político conservador e reacionário nas ruas e nas eleições de 2018.

Entendendo a estratégia defensiva de acúmulo de forças dos setores democráticos e populares da sociedade brasileira, o próprio Diretório Nacional convocou os encontros setoriais como parte do processo de realização do 6º Congresso do PT e desse modo seu fortalecimento não pode se reduzir a uma disputa política menor: em outras palavras, os encontros setoriais não podem estar a serviço de uma disputa por cargos.

Afinal de contas, com o acirramento da luta de classes, os setoriais ganham uma importância central na defesa da democracia, dos direitos sociais e do próprio PT. Além de contribuir com a luta contra o golpe, os setoriais serão convocados a fazer um esforço de elaboração programática que aponte, ao mesmo tempo, os acertos e as lacunas de nossas realizações no passado e as medidas emergenciais e estratégicas para o próximo período.

Duas questões nos chamam especialmente atenção no setorial de saúde:

a) Os atuais setoriais de saúde foram eleitos no início de 2012. Os cinco anos e meio da atual gestão no setorial nacional de saúde nos deixa o seguinte aprendizado: é fundamental investir na organização partidária e na mobilização da militância da saúde - filiados, simpatizantes do PT e defensores do Sistema Único de Saúde (SUS). É vital buscar o envolvimento das direções partidárias, parlamentares, governos petistas, dirigentes sindicais e lideranças populares, nas estratégias de fortalecimento do SUS público, universal e de qualidade, como componente indissociável da manutenção e ampliação de nossa base social e eleitoral; é crucial acreditar na importância, portanto, priorizar a formulação coletiva de proposições ou posicionamentos públicos em defesa do SUS, mediante a realização de debates, seminários entre outras iniciativas;

b) na conjuntura atual, onde o governo Temer aplica uma política de austeridade fiscal, que destrói o direito social à saúde, em especial a atenção primária, ampliando as desigualdades na sociedade brasileira, é fundamental na gestão do Setorial Nacional de Saúde do PT investir no debate teórico e na elaboração programática para superar a Emenda Constitucional 95, ao lado da proposição de medidas emergenciais e estratégicas, que subsidiem a direção partidária a intervir na realidade sanitária e política, bem como orientem a militância a travar a luta político-ideológica no seio da sociedade com os representantes da privatização da saúde e das forças de mercado.

Nessa linha, nós, militantes petistas que compõem a chapa "Luta Saúde - Em defesa da democracia, dos direitos sociais e do Partido dos Trabalhadores", apoiamos a candidatura do companheiro Carlos Ocké a coordenador do Setorial Nacional de Saúde, assentado em bases estratégicas, políticas e programáticas, que apresentaremos no Encontro do Setorial Nacional de Saúde do PT em outubro próximo.

Unidade, unidade, unidade do campo democrático, popular e socialista!

Fora Temer! Abaixo o golpe militar! Diretas já!

Nenhum direito a menos! Vida longa ao SUS! ★

Os Desafios do Encontro Nacional de Mulheres do PT

Ana Lidia

O Encontro Nacional de Mulheres do PT ocorrerá entre os 7 e 8 de outubro e tem a expectativa de receber cerca de 700 delegadas eleitas nas etapas estaduais para participar desse evento.

Os Encontros Setoriais do PT ocorrem em meio a uma conjuntura de retrocessos e avanço do neoliberalismo de um lado e do conservadorismo de outro. Caberia aos debates e disputas ocorridas no interior do Partido transformar os setoriais e secretarias em ferramentas políticas capazes de dar respostas à militância e ao conjunto da classe trabalhadora.

Os Encontros para as disputas estaduais e nacional da Secretaria de Mulheres do PT teriam, ainda, um desafio especial: o de ampliar a resistência contra as pautas conservadoras que, além de atingir o conjunto da classe trabalhadora, atingem, sobretudo as mulheres trabalhadoras. São as mulheres que mais vem sofrendo com a flexibilização e a informalização do trabalho, são as mesmas que por anos lutam para conquistar a autonomia do corpo e o direito à saúde reprodutiva que --além de serem pautas que ainda estão incompletas-- hoje, diante do atual Congresso que promoveu o golpe contra a Presidenta legitimamente eleita, reativam projetos que infringem ainda mais as mulheres, como veto sobre o debate de gênero nas escolas, a volta do projeto do nascituro, a PEC 241 etc.

Em busca de unidade e da construção no PT de uma política de mulheres capaz de responder aos desafios que vivemos, nós mulheres da tendência petista Articulação de Esquerda compusemos chapas com diversas forças nos encontros estaduais, sempre buscando realizar um diálogo programático em torno de questões que consideramos centrais para a nossa organização.

Entretanto, o que assistimos em diversos estados foi a reprodução de uma lógica de disputa política que se assemelha ao Processo de Eleições Diretas (PED): carregamento em massa de militantes, pagamentos, despolitização e rebaixamento da pauta e da luta das mulheres.

Além disso, no interior da Comissão Executiva Nacional do PT (CEN), a paridade, que é uma conquista histórica das mulheres petistas, não está sendo respeitada. O modo como a Direção Nacional do PT vem tratando esse debate não coloca essa conquista à altura das lutas das mulheres petistas. Sob argumentos rebaixados e burocráticos, não incluem as vice-presidências na paridade, considerando apenas as secretarias. Isso faz com que haja uma desproporção entre os cargos ocupados pelos homens com relação às mulheres na direção partidária.

Diante dessas problemática, reforçamos que conquistas históricas das mulheres petistas - como a paridade - não devem jamais ser retrocedidas ou ter sua importância minimizada. Buscamos, ao longo de todo o processo de disputas setoriais, construir com outras forças, sobretudo com o Muda PT, pois entendemos que o momento é de buscar, mais do que nunca, a indispensável unidade programática. Contudo, não houve nenhuma sinalização de que a garantia da paridade real fosse ser defendida por outras forças, além dos companheiros e companheiras da AE e da MS que estavam presentes na reunião do Diretório Nacional nos dias 21 e 22 de setembro em São Paulo.

Dessa forma, compreendemos que há unidades que nos exigem capitular e reduzir a política e nós decidimos que esse preço nós não pagaremos. Ainda mais quando significa retroceder nas conquistas das mulheres e dos princípios programáticos e estratégicos da luta feminista em nosso Partido.

As mulheres da tendência petista Articulação de Esquerda, compromissadas com os desafios da luta de classes atual, contra os avanços do neoliberalismo e do conservadorismo, contra os retrocessos, decidiram não abrir mão de participar desse debate com a política necessária e a altura do período que vivemos.

Decidimos lançar chapa própria que busca construir uma política que não seja silenciada no interior do Partido e centraremos nossas energias em fazer da Secretarias de Mulheres do PT uma ferramenta de politização, diálogo e de luta para construir o feminismo socialista com a militância petista de acordo com os tempos de guerra.

Também oferecemos ao conjunto da militância petista o nome da companheira Wilma Reis para ser Secretária de Mulheres do PT. Wilma é militante petista, socialista e feminista. Do PT-DF, compõe a Secretaria das Mulheres do PT desde 2008 e é militante da Marcha Mundial das Mulheres desde 2005, representando o movimento na Secretaria Operativa da Frente Brasil Popular e no Conselho dos Direitos da Mulher DF. Wilma tem a capacidade de colocar a luta das mulheres na ordem do dia, articulando o debate estratégico na consolidação de uma sociedade sem opressões e contra o retrocesso. Nossa companheira leva a velha máxima "sem feminismo não há socialismo" nas bases partidárias e no conjunto da sociedade.★

Ana Lídia Aguiar é professora e militante da Articulação de Esquerda

Feminismo para Tempos de Guerra

Página 13 publica a versão final da tese apresentada pela tendência petista Articulação de Esquerda, para debate e votação no encontro setorial nacional de mulheres do PT.

O Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras foi criado para lutar por uma sociedade mais justa, menos desigual e para promover uma verdadeira transformação social na vida do povo que mais necessita.

Melhoramos a vida do povo brasileiro e, sobretudo das mulheres trabalhadoras. Programas como Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida, a aprovação da PEC das domésticas, os fortes investimentos em educação que possibilitaram a criação de mais creches e vagas em universidades, também possibilitaram que milhares de mulheres pudessem sentir mais autonomia em suas vidas.

Uma conquista histórica dos movimentos feministas foi a Lei Maria da Penha, que criminaliza a violência doméstica contra as mulheres e prevê o ensino de "conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher".

Em 2010, o povo brasileiro ousou eleger a primeira mulher à Presidência da República. Os governos petistas ousaram quando criaram Secretarias de Políticas para as Mulheres em todos os níveis. A criação da SNPM representou o compromisso dos nossos governos com a diminuição das desigualdades entre homens e mulheres.

As políticas públicas voltadas às mulheres durante os governos progressistas do PT de Lula e Dilma, reafirmaram o compromisso do partido junto no combate ao machismo, racismo, da LGBTfobia e das diversas formas de opressão.

Entretanto, apesar dos avanços que tivemos, ainda há dificuldades de efetivação de tais conquistas, as quais demonstram, também, serem insuficientes diante da desigualdade histórica que nós mulheres estamos inseridas. Nesse sentido é fundamental que seja elaborado um programa estratégico que garanta as mudanças estruturais e o fim da desigualdade de gênero.

Mulheres na Luta contra o Golpe

Com o golpe parlamentar em 2016, de caráter machista e misógino, Michel Temer assume com um programa claro: retirada de direitos. O executivo, o judiciário e o legislativo agem cotidianamente contra as mulheres. A investida conservadora nos ataca em todas as áreas, atingindo de forma mais voraz as trabalhadoras, as jovens, negras, camponesas, quilombolas e indígenas.

Temos assistido o golpismo desmontar os avanços que tivemos, o que demonstra também a fragilidade dos programas adotados pelos nossos governos que visavam melhorias sem rupturas por meio de políticas públicas.

Além disso, episódios como os debates acerca da igualdade de gênero no Plano Nacional de Educação, a ameaça da extinção da licença-maternidade; o não reconhecimento da dupla jornada feminina para fins de aposentadoria; as investidas no sentido de transformar o aborto completamente ilegal, criminalizando mesmo nos casos que já estão previstos e garantidos por Lei; etc. Essas e outras ameaças entraram com força na agenda do golpismo e convocam as mulheres à resistência.

É preciso não se iludir com a capacidade do golpismo de atacar as mulheres e a classe trabalhadora em geral. O domínio do capital, que é quem comanda a agenda política e econômica do golpe, é classista, machista, racista e LGBTfóbico. Por isso as mulheres precisam ter sua agenda de resistência somada ao enfrentamento ao golpismo, caso contrário, corremos o risco de perder todas as nossas conquistas históricas.

Diante disso, temos tarefas fundamentais de resistência e acúmulo de forças que o Encontro Nacional de Mulheres do PT deve se dedicar:

1) Fortalecer a resistência das mulheres na luta contra o golpismo, o qual atinge principalmente a vida das mulheres trabalhadoras;

2) Organizar as Mulheres do PT para que junto ao Partido possamos reconquistar às ruas e a classe trabalhadora;

3) Lutar para que o PT seja um Partido que avança na garantia de igualdade entre homens e mulheres é defender o cumprimento da paridade em todas as Instâncias Partidárias, sem retroceder.

4) Formular e aplicar um programa com outra estratégia que rompa com a conciliação de classe, incluindo a pauta das Mulheres, oferecendo condições de Lula se eleger presidente em 2018, para revogar as medidas do atual governo golpista. É imprescindível outro programa voltado para as reformas fundamentais que vise modificar estruturalmente as desigualdades sociais, de gênero e ético-raciais enraizadas na sociedade brasileira. Para tanto, é urgente convocar uma nova Constituinte.

Eleição sem Lula é Fraude!

A eleição de 2018 será uma oportunidade ímpar para o diálogo com a sociedade e construção de programas de

3ª Marcha das Mulheres Negras no Centro do Mundo, no Rio. Foto Tânia Rêgo

governo transformadores. As mulheres devem ser incentivadas a disputar as eleições e o PT tem a obrigação de dar condições para estas candidaturas.

Temos que lutar para que haja eleição em 2018 com Lula e criar um programa de governo que proponha políticas de inserção e emancipação das mulheres, isto é, que visem a descolonização e despatriarcalização do Estado, que atenda a diversidade existente na classe trabalhadora e o combate às diversas formas de opressões existentes na sociedade. Além de buscar condições para a realização de mudanças estruturais.

No meio rural, a maioria das mulheres trabalham sem auferir renda e sem acesso a serviços e espaços de decisão. Para efetivar os direitos das mulheres rurais, é preciso garantir autonomia econômica, com promoção da cidadania e direito à terra.

Faz-se necessária uma luta constante em defesa do Estado Laico, assegurando direitos políticos, econômicos, sociais, culturais, sexuais e reprodutivos; pela descriminalização e legalização do aborto, num contexto de garantia do direito de decidir para as mulheres sobre suas vidas e corpos; qualificação profissional sem divisão sexual; combate ao sexismo, ao racismo e à lesbofobia, bifobia e transfobia;

O Programa Partidário tem que apresentar capacidade de aprender com erros dos nossos governos, buscando saídas para além da institucionalidade, sem medo de lançar uma disputa ideológica com o conservadorismo.

> “A luta contra a discriminação das mulheres na sociedade é parte constitutiva do programa do PT”

O PT e as Mulheres!

A luta contra a discriminação das mulheres na sociedade é parte constitutiva do programa do PT. A organização das mulheres petistas acumulou importantes conquistas, como a aprovação da política de ação afirmativa, com a garantia de 30% de mulheres na direção partidária no 1º Congresso em 1991. Em 2010, no 4º Congresso, o PT aprovou a paridade de gênero em todas as instâncias e delegações.

Estas conquistas são muito importantes, contudo elas não são suficientes para a superação da subrepresentação feminina no partido, já que as resoluções ainda não são implementadas em sua integralidade. Além disso, temos poucas ações de formação que visem enfrentamento às opressões dentro do PT.

Desde 2010 é obrigatória a aplicação de 5% do fundo partidário para as mulheres. Todavia, o uso destes recursos ainda é fonte de diversos problemas. É preciso que as Secretarias de Mulheres possuam autonomia e qualifiquem sua atuação, se fazendo

O rebaixamento político e programático do PT, com a opção pela política de centro-esquerda, influenciou o conjunto do partido. O seu impacto na política e ação das Secretarias das Mulheres foi tão nocivo que, em muitos casos, inviabilizou um maior avanço na luta das mulheres e comprometeu a construção de uma visão feminista e socialista dentro do PT.

A guerra travada pelas mulheres brasileiras na luta por direitos é vivenciada em casa, no trabalho, na rua e continua dentro do PT. Não existe emancipação da classe trabalhadora, sem emancipação das mulheres; não há transformação social quando a vida de mais da metade da população é tratada como de segunda importância.

Além disso, deparamo-nos com a dificuldade dentro do PT para que tenhamos **paridade real**, seja na totalidade dos cargos das direções, ou na precarização das candidaturas femininas para o preenchimento das cotas determinadas por lei.

A paridade não pode ser uma ficção e não deve ser encarada como um entrave para a composição das instâncias da direção. A **paridade real** será construída com investimento em formação militante para mulheres e o entendimento de que os espaços de poder devem refletir a diversidade social em seus gêneros, cores e realidades sociais.

Na luta por um Feminismo Socialista

“Não há feminismo sem socialismo, nem socialismo sem feminismo”.

As mulheres do PT entendem que a emancipação humana passa pela condição fundamental de extinção do atual modelo socioeconômico. Plena justiça social só será possível com a superação do sistema capitalista. Mais ainda, uma sociedade livre do machismo, do racismo, da LGBTfobia e de tantas outras formas de opressões, depende da criação de uma nova sociedade, uma sociedade comunista, cujo nascimento está atrelado à transição socialista.

Isso não quer dizer que a defesa do projeto socialista no mundo está sobreposto à luta feminista. Longe de encararmos a luta social como uma equação matemática, caminhamos para que a nossa organização e política compreendam a complexidade das estruturas sociais e da desigualdade, fugindo de respostas fáceis. Embora, tenhamos acordo que a luta das mulheres antecede a exploração da classe trabalhadora; a realidade é que a opressão das mulheres é utilizada pelo capitalismo e ampliada por ele. Assim como o próprio capitalismo se utiliza e reforça a desigualdade entre homens e mulheres para se reproduzir.

Defender o feminismo socialista se torna cada vez mais mais necessário uma vez que a luta das mulheres e o debate feminista vem sendo apropriado por movimentos liberais sob a discussão do chamado “identitarismo”.

Entendemos que não se trata de identificações com a pauta das mulheres, mas sim de opressões estruturais que tem base material concreta e se aprofunda no capitalismo com uma sociedade pautada na luta de classes, quando este promove uma verdadeira divisão sexual do trabalho, a separação capital trabalho, a dupla/tripla jornada e a exploração em detrimento da vida de todas e todos. A luta das mulheres não pode estar pautada na luta individual, tampouco pode estar desarticulada da luta de classes.

Nós, mulheres feministas petistas, temos um papel fundamental no avanço da pauta das mulheres na sociedade brasileira e na construção dos caminhos ao socialismo. As mulheres são protagonistas em lutas históricas por direitos sociais e reprodutivos, e as mulheres do PT, especialmente, impactaram na forma com que a sociedade enxerga as mulheres na política.

> “Chamamos todas as mulheres do PT para somar à construção de um Feminismo para Tempos de Guerra”

Mesmo que criadas as condições materiais para a igualdade social de toda a humanidade, se houver desigualdades entre mulheres e homens, esta sociedade não será e nem poderia ser uma sociedade socialista, tão pouco feminista.

Defendemos que os espaços de poder devem ser conquistados e ocupados por mulheres com o ideal de construção feminista e socialista. E um feminismo socialista não dissocia a luta pela superação da opressão de gênero e da necessidade da ruptura com as desigualdades de classe e étnico-raciais. É indispensável que o partido insira em seus debates a subversão dos padrões e valores que se fundam na hierarquia opressora das relações entre mulheres e homens.

A nossa política deve ter como objetivo que os espaços de poder sejam ocupados pelas mulheres não porque a paridade existe, mas porque atuam politicamente e constroem o PT com a mesma capacidade e disposição dos homens.

As mulheres petistas e a construção partidária: nenhum passo atrás

As lutas das mulheres petistas por ocupação de espaços no partido e na política em geral é pioneira e é a grande responsável por termos um partido que, ainda que com muitas limitações, tenha forte participação e seja dirigido também por mulheres.

É fundamental que o Encontro Nacional de Mulheres do PT não admita nenhum retrocesso às conquistas das mulheres, nem em relação a paridade, nem em relação as demais políticas que visam reparar as desigualdades estruturais que existem na nossa sociedade e se refletem no nosso partido.

É preciso criar mecanismos de debate, formação e comunicação; fazer o debate de nossas pautas com a totalidade do partido. É fundamental fortalecer a SMPT com condições de funcionamento sistemático e democrático em defesa, também, de uma plataforma feminista. Atuar de forma conjunta com setoriais estratégicos como o de Educação, Saúde e Direitos Humanos e com as Secretarias de Juventude, Combate ao Racismo, Agrária e LGBT.

Também defendemos o aprofundamento do debate e da criação de mecanismos concretos que combatam os assédios e violências contra as mulheres no interior do Partido.

É imprescindível que a Secretaria de mulheres esteja em consonância com os movimentos sociais e promova formações e debates para se posicionar em temas fundamentais para a luta social, como a saúde reprodutiva da mulher, a igualdade no mundo do trabalho, o cumprimento do acordo 156 da OIT, mecanismos que possibilite a participação ampla e integral das mulheres na vida política; assim como constituir fóruns que exijam a implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

A defesa pela reforma política, o fortalecimento do combate à divisão sexual do trabalho como requisito indispensável para a democratização do mercado de trabalho e a conquista da autonomia econômica das mulheres, bem como a lutar contra qualquer recuo em relação aos direitos reprodutivos das mulheres e pelos direitos sexuais e a livre orientação afetivo-sexual deve estar na ordem do dia da SNM-PT.

Garantir a paridade real em todos espaços de organização, instâncias, delegações e a permanência das mulheres nestes espaços, promovendo uma igualdade na visibilidade dos cargos ocupados por homens e mulheres no PT. Além disso, é fundamental oferecer condições políticas para a plena emancipação com a participação concreta em todas as esferas, principalmente nos rumos do poder, pois a paridade é uma política afirmativa, por isso precisamos fortalecê-la no conjunto do partido.Nenhum direito a menos, nenhum retrocesso mais. Fora Temer! ★

Fala Wilma

Página 13 entrevistou a companheira Wilma Reis, candidata a Secretária de Mulheres do PT. Militante petista do PT-DF, socialista e feminista. Compõe a Secretaria das Mulheres do PT desde 2008 e é militante da Marcha Mundial das Mulheres desde 2005, representando o movimento na Secretaria Operativa da Frente Brasil Popular e no Conselho dos Direitos da Mulher DF.

Página 13.Qual a relação entre feminismo e socialismo?

Wilma dos Reis. Um não existe sem o outro, cuja igualdade é objetivo de ambos. Se o feminismo não enfrenta o capital, que se alimenta do sexismo, e que compõe a natureza de exploração do trabalho assalariado, as mulheres nunca serão totalmente livres da opressão, pois parte delas seguirá explorada por um sistema que mantém a sociedade dividida em classes.

Por outro lado, se os socialistas não defendem a igualdade de direitos entre mulheres e homens, não conseguirão derrotar o capitalismo, que depende também de trabalho não remunerado, fora do mercado de trabalho, ou sub-remunerado para prover sua acumulação.

O trabalho não remunerado é desempenhado no ambiente doméstico e desempenhado principalmente, ou quase exclusivamente, pelas mulheres. O trabalho sub-remunerado também recai sobre elas, exploradas com salários desiguais para as mesmas funções, trabalhos precários – no caso das mulheres negras a desiguldade é ainda maior. A exploração das mulheres se dá pela divisão sexual do trabalho e pela dupla jornada de trabalho. Para derrotar o capitalismo é preciso enfrentar a divisão de classe e a opressão de gênero.

Por isso distinguimos feminismo socialista das lutas de mulheres de caráter liberal, que põe ênfase em avanços individuais, cuja matriz seria a de que basta ter mulheres no poder, no comando, que seriam resolvidos os problemas de opressão entre gêneros. Criticamos esta visão de sororidade entre as mulheres, tão defendida atualmente, por entender que não há solidariedade na luta contra opressão des classe.

Uma mulher da classe trabalhadora e uma mulher da burguesia são igualmente vítimas do machismo. Mas ainda assim, uma mulher da classe trabalhadora será sempre oprimida e explorada pelas mulheres da burguesia. Defendemos que a emancipação das mulheres seja para todas as mulheres.

Sem feminismo não há socialismo.

Qual a relação entre petismo e feminismo?

O Partido dos Trabalhadores é um partido da classe trabalhadora e um partido socialista. Portanto, pelos motivos que explicamos antes, também precisa ser um partido feminista. O feminismo petista foi sendo construído aos poucos, a partir da luta das mulheres petistas. Ele se materializa na defesa de um programa de transformações que interessa ao conjunto da classe trabalhadora; na defesa de políticas públicas que interessam às mulheres em geral e às mulheres trabalhadoras em particular; e na construção de mecanismos e instituições, dentro do próprio partido, que garantem os direitos das mulheres. É o caso da secretaria nacional de mulheres, das secretarias estaduais e municipais de mulheres. O PT foi o primeiro partido a instituir cota de 30% de mulheres nas direções; e, a partir do 4° Congresso, a definir paridade nas instâncias dirigentes.

O que fizemos de exitoso, em nossos mandatos, em favor das mulheres brasileiras?

Desde nossos primeiros mandatos parlamentares e executivos, até os governos Lula e Dilma, o PT defendeu e implementou um conjunto de medidas em defesa dos direitos das mulheres, como a luta pelo fim da violência, a construção de creches, titularidade para unidades habitacionais, aprovação da lei da regularização profissional da domésticas etc; e a criação de organismos de políticas para as mulheres, como as secretarias estaduais e municipais e a Secretaria de Política para as Mulheres.

A lista dessas medidas está nos documentos do Partido, nos documentos sobre o legado de nossos governos e, em particular, da secretaria nacional de mulheres do PT. Entretanto, precisamos reconhecer também que as medidas que adotamos foram limitadas, em parte pelo tempo (são alguns anos de mandatos populares, contra séculos de opressão e exploração), em parte pela ação dos nossos adversários, em parte também pelas contradições e limitações de nossas próprias políticas. Reconhecer isto é fundamental, para que futuramente possamos promover políticas estruturantes para evitar retrocessos de direitos.

Qual a origem da atual onda reacionária contra os direitos das mulheres?

É quase uma "lei da história": toda vez que os interesses da classe dominante são ameaçados, mesmo que de leve, ela reage. E quando ela reage, ela o faz lançando mão de todos os sentimentos e comportamentos mais conservadores, mais reacionários, mais tradicionais e com forte impacto sobre as mulheres, pois é desta forma que ela mobiliza em seu favor os setores mais atrasados da população. É por isto que a ofensiva reacionária contra o PT é carregada de fascismo, de racismo, de homofobia, de machismo.

O fato de termos um mulher na Presidência acentuou os ataques misóginos. A campanha para derrubar Dilma lançou mão de valores conservadores, como o papel da dona de casa, o controle dos corpos das mulheres com a criminalização do aborto, o debate sobre ideologia de gênero nas escolas, o aumento da violência contra as mulheres nos espaços públicos em contraposição à autonomia conquistada no último período; casos frequentes de estupros coletivos e o discurso de ódio contra as mulheres.

Quais nossos objetivos programáticos?

O programa das mulheres petistas é, antes de mais nada, o programa do PT: socialismo, reformas estruturais, liberdades democráticas, bem-estar social, soberania nacional e integração regional. No interior deste programa, destacamos as questões que dizem respeito, direta e indiretamente, igualdade de direitos no mercado de trabalho, fim da violência contra a mulher, direitos sexuais e reprodutivos, combate à mercantilização do corpo da mulher, combate ao racismo contra a mulher negra, combate à LGBTfobia, educação inclusiva, ampliação da participação das mulheres nos espaços de decisão e de poder.

Quais nossas prioridades táticas?

As prioridades táticas das mulheres petistas são, antes de qualquer outra coisa, as prioridades táticas do PT: fora Temer, diretas já, em defesa dos direitos, Lula presidente. Nos marcos destas prioridades táticas, defendemos os direitos das mulheres, que são as primeiras e as maiores prejudicadas pelo governo golpista. O programa neoliberal implementado, com a retirada de investimentos na saúde, na educação e na habitação afetou diretamente as mulheres da classe trabalhadora, principais usuárias dos sistemas de serviços públicos.

Como funciona a Secretaria nacional de mulheres do PT?

A criação da Secretaria nacional de Mulheres do PT representou importante avanço para construção de um novo polo feminista no movimento de mulheres, capaz de articular mulheres militantes do movimento de mulheres, setores feministas independentes, e as direções dos setores popular e sindical, principalmente aqueles que compreendem a importância da luta pela libertação das mulheres. A SNMPT foi importante também para defender os avanços democráticos e programáticos que conquistamos, dentro do próprio Partido. A Secretaria é constituída por uma secretária e um coletivo nacional com dez companheiras eleitas no Encontro Nacional.

Qual o balanço da atual gestão da secretaria nacional de mulheres do PT?

A atual gestão se desenvolveu em momento bastante crítico da conjuntura nacional, com o golpe sofrido pela primeira mulher eleita presidenta do país; e também num período da implementação da paridade nas direções partidárias, que previa uma série de iniciativas como formação política, comunicação partidária, e outras medidas que criasse condições para participação plena das mulheres, neste de milhares de mulheres filiadas ao partido.

A aprovação da paridade, uma conquista a ser comemorada, não teve êxito na sua implementação, pois a maior parte das mulheres continua como vogais na composição da Executiva Nacional.

O reflexo da ausência de política da SNMP é que as pautas que dizem respeito às mulheres não são tratadas pelo conjunto do partido. Não são debatidas nas reuniões do Diretório Nacional ou da Executiva.

> **"Nosso lugar é na vanguarda. Somos maioria na população, somos maioria na classe trabalhadora, somos o setor mais explorado da classe trabalhadora. Portanto, temos todos os motivos para estar na vanguarda da luta por uma sociedade sem opressão nem exploração, como parte da luta por uma sociedade sem sexismo nem machismo"**

novo cenário partidário.

Nestes dois momentos importantes da luta das lutas mulheres, a SNMPT não conseguiu ter protagonismo necessário para travar a luta e enfrentar os desafios que estavam postos.

Em parte porque, assim como as demais área partidárias, houve uma transferência do centro de formulação e de ação para as hostes do governo federal. O próprio enfraquecimento do partido é reflexo deste deslocamento do poder.

Mas o fundamental é que a Secretaria não conseguiu funcionar coletivamente, e tão pouco teve definição de uma estratégia para assegurar os avanços conquistados e ter ofensiva numa conjuntura de retirada de direitos, sob uma onda conservadora sobre as mulheres.

Mesmo com o fundo partidário destinado exclusivamente à formação da mulheres, as iniciativas ficaram aquém do conjunto

Quais os pontos de unidade entre as mulheres do PT?

Não se pode tampar o sol com a peneira: há profundas diferenças entre as mulheres petistas. Isto ficou claro no final do 6º Congresso do PT, quando o plenário como um todo se dividiu meio a meio, entre duas propostas muito parecidas, mas que refletiam diferentes visões e sensibilidades. Hoje, em que a própria paridade está ameaçada, podemos dizer que uma parte das mulheres do PT vem abrindo mão de defender seus direitos.

Quais os pontos de unidade entre as mulheres da esquerda petista?

A defesa do que o PT como um todo acumulou na defesa dos direitos das mulheres. Mas, repetimos, não se deve tampar o sol com a peneira: também há importantes diferenças entre as mulheres petistas. Alguns setores abraçaram o identitarismo e o movimentismo. Outros setores se burocratizaram e, inclusive, não deram à defesa da paridade a ênfase necessária.

Mas há unidade quanto ao fortalecimento da SNMPT, à definição de uma estratégia e a recuperação do programa de lutas para trazer a questão da igualdade de gênero para o centro do debate partidário, e recuperar a interlocução com as mulheres dos movimentos organizados.

Qual a importância da paridade nas direções?

A paridade visa corrigir uma distorção. As petistas são em maior número que os petistas. Mas há menos dirigentes, parlamentares e governantes mulheres. A paridade é um instrumento para corrigir esta distorção. Há quem deseje acabar com a paridade, assim como há quem pretenda que não haja paridade nos cargos. Achamos que mexer ou flexibilizar a paridade é um retrocesso, um sintoma de que a ofensiva reacionária contra as mulheres também chegou dentro do PT.

Como funciona o setorial de mulheres da AE?

O setorial de mulheres da AE é a instância onde se organizam as mulheres da AE que atuam nos movimentos de mulheres, tanto dentro quanto fora do PT. O setorial tem uma coordenação nacional e coordenações estaduais, eleitas em conferências de que participam as militantes da tendência petista Articulação de Esquerda.

Qual o lugar das mulheres na estratégia de luta pelo socialismo no Brasil?

Nosso lugar é na vanguarda. Somos maioria na população, somos maioria na classe trabalhadora, somos o setor mais explorado da classe trabalhadora. Portanto, temos todos os motivos para estar na vanguarda da luta por uma sociedade sem opressão nem exploração, como parte da luta por uma sociedade sem sexismo nem machismo.★

TENDÊNCIA
4º Congresso da tendência petista
Articulação de Esquerda
PT
Articulação de
ESQUERDA
TENDÊNCIA PETISTA
24 de novembro, sexta
9h00 reunião da direção nacional
15h00 instalação do congresso
19h00 ato comemorativo da Revolução Russa de 1917 (com homenagem a Cloves Castro, Wanda Conti e Sonia Hypolito)
25 de novembro, sábado
9h00 debate aberto sobre
"A estratégia da luta pelo socialismo"
13h00 almoço
15h00 debate em grupos sobre o texto base
20h00 confraternização
Brasil 1917
26 de novembro, domingo
9h00 debate em plenária e votação das emendas ao projeto de resolução
15h00 encerramento
Local: Rua Silveira Martins 132,
na Praça da Sé (São Paulo-SP)
Sede nacional do Partido dos Trabalhadores
PT
Russia 1917